



Índice

- 01 Reunião discute primeira etapa dos Jogos Indígenas do Amapá
- 02 Comunidade Tabuleiro dos Negros é contemplada com trator e implementos agrícolas
- 03 Governo do Estado anuncia melhorias em escola indígena da Grande Florianópolis
- 04 Produção agroecológica diversificada é tema de oficina
- 05 A ditadura que não diz seu nome
- 06 Mesmo sob pressão ruralista, advogado Terena apresentou dissertação em retomada no MS
- 07 Agricultores familiares quilombolas podem se dirigir ao Incra para emissão da DAP
- 08 Sancionada lei que dificulta fechamento de escolas rurais e quilombolas
- 09 MPF/AM promove audiência pública em Tefé para discutir conflitos na reserva Auati-Paraná
- 10 Exposição de fotos traz retrospectiva de mais de 30 anos de lutas pelos direitos indígenas
- 11 “Herança” da ditadura militar no país ainda permanece na Amazônia
- 12 MPF busca reparação por violações de direitos humanos ocorridas na ditadura
- 13 MPF/MG recorre de sentença que negou autorreconhecimento a comunidades



quilombolas

- 14** Líder do povo Akrãtikatêjê é enterrado em Bom Jesus do Tocantins, no Pará
- 15** Indígenas fazem mobilização em Curitiba pela melhoria da saúde
- 16** Lançamento da campanha Índio é nós em São Paulo, 05/04, na Casa do Povo
- 17** Índios, as maiores vítimas da ditadura
- 18** Tocando o terror: Depois de matar o pai para virar cacique, índio ameaça outros integrantes da tribo
- 19** Cheia histórica do Rio Madeira deixa rastro de destruição no Norte do Brasil
- 20** Tembés libertam reféns em troca de compromisso de diálogo sobre precariedade na saúde
- 21** Detalhes do triplo assassinato no sul do Amazonas
- 22** Autoritarismo Nunca Mais: o golpe militar 50 anos depois
- 23** STJ reconhece legitimidade da etnia Waimiri-Atroari sobre terras no Amazonas
- 24** MPF apura violações cometidas contra indígenas durante o regime militar
- 25** Roraima inicia vacinação de bovinos contra aftosa nesta terça-feira (1)
- 26** Índios reclamam da precariedade das escolas nas aldeias do Tocantins
- 27** Justiça Federal do AM decreta prisão preventiva de índios tenharins
- 28** Venda de carne bovina gera lucro aos índios da Raposa Serra do Sol, em RR
- 29** SEE de Alagoas abre seleção para monitores da educação indígena
- 30** Memorial dos Povos Indígenas fica fechado nesta terça no DF



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

-
- 31** Especialistas e população são contra projeto de Blairo Maggi que proíbe a pesca no Pantanal



Reunião discute primeira etapa dos Jogos Indígenas do Amapá

SÍTIO GLOBO.COM, 01.04.2014

Seletiva está marcada para junho e jogos serão em agosto. Índios de diversas etnias participam das competições, em modalidades 'exóticas'

Aconteceu nesta segunda-feira (31) a segunda reunião para tratar da edição 2014 dos Jogos Indígenas do Amapá. Desta vez, técnicos da Secretaria de Desporto e Lazer (Sedel) reuniram com outros órgãos de governo e lideranças de etnias indígenas.

Ariné Apalay vem de uma aldeia do município de Almerim, no Pará, na fronteira com o Amapá. Ele diz que pelo menos 40 atletas da etnia dele se preparam para os jogos.



Ariné Apalay (Foto: Gabriel Penha/GE-AP)

- Já estamos treinando muito. Nesses três meses que faltam, ainda temos que nos preparar para fazer bonito no torneio - diz o líder indígena.

As seletivas, que correspondem à primeira etapa dos Jogos Indígenas, acontecem de 18 a 29 de junho. As competições ocorrerão no mês de agosto. A disputa envolve tribos de municípios de Oiapoque, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari.

As disputas acontecerão nas aldeias Kumenê, Kumarumã, Tukai, Manga, Galibi e Aramirã, em Oiapoque - a cerca de 600 quilômetros de Macapá - com a participação de atletas das etnias Galibi Marworno, Galibi Kalinã, Palikur, Karipuna, Wajãpi, Tiriýó, Kaxuyana, Txikuyana, Apalai e Wayana.

Os índios disputam modalidades 'exóticas', como corrida com tora, corrida com jamaxi (espécie de cesto carregado nas costas), corrida livre, subida no açaizeiro, natação, futebol de campo, cabo de guerra, canoagem, arco e flecha, pescaria, arremesso de lança, zarabatana e outras.



Comunidade Tabuleiro dos Negros é contemplada com trator e implementos agrícolas
SÍTIO BOA INFORMAÇÃO, 31.03.2014

O domingo (30), foi de festa na comunidade dos guerreiros do Tabuleiro dos Negros, distrito rural de Penedo. Um antigo pleito dos remanescentes de quilombolas foi atendido, após dois anos.

Tudo teve início em 2012, momento que aconteceu uma reunião entre o então deputado federal Joaquim Beltrão, o hoje prefeito de Penedo, Marcius Beltrão e lideranças da comunidade, quando foi debatida a aquisição de implementos agrícolas e máquinas de costura para a Associação de Remanescentes de Quilombolas do povoado.

E neste domingo, os equipamentos entre: um trator, implementos agrícolas e máquinas de costura, frutos de emenda parlamentar, foram entregues ao presidente da associação, Claudiano dos Santos Castro.

“Todos esses equipamentos vão contribuir com desenvolvimento econômico da nossa comunidade. A partir de hoje, teremos um trator e equipamentos de aragem para os nossos agricultores e associados. Vamos deixar de depender de aluguel de maquinários. A nossa comunidade agradece a iniciativa, aos envolvidos nesta grande conquista. A município de Penedo também ganha com a agricultura que será fortalecida”, comemorou o presidente da Associação de Remanescentes de Quilombolas do Tabuleiro dos Negros, Claudiano dos Santos Castro.

Autor da emenda, Joaquim Beltrão, que beneficiou a comunidade, observou que toda iniciativa que contemple os quilombolas, é uma reparação histórica.

“Tudo que for feito pelos quilombolas e remanescentes, é uma reparação histórica, por todo o mal que foi feito. Ainda precisamos fazer muito mais. E também diante das dificuldades até de conseguir emprego, estes equipamentos podem e vão contribuir para superar a falta e, até êxodo rural. Desejo para vocês boa sorte e façam bom uso do trator, dos implementos agrícolas e das máquinas de costura”, encerrou ex-parlamentar e atual prefeito de Coruripe, Joaquim Beltrão.

Participam da solenidade, vários secretários de governo e vereadores de Penedo. Além de legisladores, do prefeito e vice de Igreja Nova e lideranças do Tabuleiro dos Negros.

Por: Assessoria



Governo do Estado anuncia melhorias em escola indígena da Grande Florianópolis
SÍTIO FLORIPA NEWS, 31.03.2014

O secretário Regional da Grande Florianópolis, Clonny Capistrano, autorizou nesta sexta-feira, 28, a licitação para melhorias na Escola Indígena de Ensino Fundamental Pirá Rupá, de Palhoça, numa área de 207,70 m². Serão construídos cozinha, depósito e refeitório, totalizando um investimento do governo do Estado no valor de R\$ 250 mil.

O comunicado foi feito durante encontro para levantar as demandas dos povos indígenas da região da Grande Florianópolis, realizado no auditório da SDR. Participaram caciques de comunidades indígenas instaladas em Biguaçu e Palhoça, além dos gerentes de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Agricultura; Educação; Saúde; e Assistência Social da Secretaria Regional e técnicos da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

O encontro foi uma iniciativa do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Estado de Santa Catarina (CEPIN/SC), com o objetivo de buscar as demandas regionalizadas, para que as propostas sejam formalizadas e devidamente encaminhadas. Para isso, já foram realizadas reuniões nas SDRs de Chapecó, Maravilha, Ibirama e Joinville.

Entre as demandas apresentadas pelas lideranças indígenas da Grande Florianópolis estão questões ligadas à educação - como a necessidade da produção de um material didático próprio, conexão com a Internet e reforma de instalações, facilitando o processo de aprendizagem -, à agricultura e saúde.

Ficou acertado que a Secretaria de Assistência Social fará um relatório a ser encaminhado à SDR com todas as reivindicações apresentadas.

O material será depois repassado às secretarias responsáveis por cada setor onde houver demanda, para que possam ser encontradas soluções.

O secretário Clonny Capistrano destacou a importância de uma aproximação maior da SDR com os povos indígenas, salientando que "temos que avançar nesse diálogo para que se possa, num trabalho conjunto, ampliar as políticas públicas voltadas a esse segmento, assegurando assistência, prevenção e atendimento".

FONTE: Governo do Estado de SC



Produção agroecológica diversificada é tema de oficina

SÍTIO AGORA MS, 31.03.2014

Agricultores familiares e indígenas participantes da 9ª Feira Estadual de Sementes Crioulas e de Alimentos da Agricultura Familiar, que acontece de 28 a 30 de março, em Caarapó/MS, puderam conhecer o eixo central de conceitos relacionados a produção agroecológica diversificada e as principais técnicas necessárias de conservação e fortalecimento do solo durante a Oficina teórico-prática sobre Produção Agroecológica Diversificada, realizada na tarde de sexta-feira, 28 de março e na manhã de sábado, 29 de março, na Aldeia Indígena Te'ýikuede Caarapó, pelo pesquisador da Embrapa Agropecuária Oeste, Ivo de Sá Motta.

O pesquisador explicou como se faz uma compostagem orgânica, uma vermicompostagem, que viabilizam a produção de húmus, um tipo de adubo de qualidade. Ele falou ainda sobre o papel da adubação verde, salientando as principais espécies adaptadas para cultivo na região. Dentre as vantagens da utilização da adubação orgânica, que é uma exigência para a produção de produtos orgânicos com certificação, convém destacar: a melhor qualidade dos estercos, menor custo de produção, menor dependência de derivados de petróleo, utilização de materiais disponíveis na localidade, fornecimento de material orgânico e nutrientes para o solo e promoção da reciclagem de matéria orgânica.

A professora Cida Paranhos, que leciona Geografia na Escola Municipal Ñhandejara e na Escola Estadual Yuy Poty Flor da Terra, participou da oficina e disse que a oficina foi muito interessante e que vai utilizar os conhecimentos adquiridos para ensinar seus alunos.

Para Ivo, essas atividades realizadas na Aldeia Indígena de Caarapó oportunizaram o fortalecimento do relacionamento entre a Embrapa Agropecuária Oeste e a comunidade indígena de Caarapó, que se identifica com a agroecologia e está se especializando nesse sistema produtivo.

O evento é uma promoção da Federação da Agricultura Familiar de MS (FAF-MS) e será realizado pela Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Coophaf), Prefeitura Municipal de Caarapó, Embrapa Agropecuária Oeste, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, de Produção, de Indústria, Comércio e Turismo (Seprotur) e do Governo de Mato Grosso do Sul.



A ditadura que não diz seu nome

SÍTIO EL PAIS, 31.03.2014

O imaginário sobre a Amazônia e os povos indígenas, forjado pelo regime de exceção, é possivelmente a herança autoritária mais persistente na mente dos brasileiros de hoje, incluindo parte dos que estão no poder. E a que mais faz estragos na democracia

“Quando se quer fazer alguma coisa na Amazônia, não se deve pedir licença: faz-se.”

A declaração é do gaúcho Carlos Aloysio Weber, ex-comandante do 5o Batalhão de Engenharia e Construção, um dos primeiros a instalar-se na Amazônia na ditadura civil-militar. Em 1971, ele foi entrevistado para um projeto especial da revista Realidade sobre a Amazônia. O repórter fez ao coronel, apresentado como “lendário” em Rondônia, a seguinte pergunta: “Como é possível fazer as coisas na Amazônia e transformar a região?”. O coronel respondeu:

- Como você pensa que nós fizemos 800 quilômetros de estrada? Pedindo licença, chê? Usamos a mesma tática dos portugueses, que não pediam licença aos espanhóis para cruzar a linha de Tordesilhas. Se tudo o que fizemos não tivesse dado certo, eu estaria na cadeia, velho.

É uma declaração de sentidos explícitos – pelo tom em que foi dita, pela certeza da impunidade, pelo orgulho da falta de limites. Pela forma como o coronel vê a Amazônia como território a ser invadido e dominado pela força. O que a ditadura fez na Amazônia, tão longe dos centros de poder e das vozes de resistência, e o que fez com os povos indígenas, ainda precisa ser investigado com muito mais profundidade. Os horrores que já foram descobertos podem ser só a superfície. Mas, se o passado pede luz, o presente precisa ser iluminado com urgência.

Há vários entulhos autoritários corroendo nossos dias, como a Polícia Militar (que, se tem uma história anterior ao golpe de 1964, ganhou mais poderes na ditadura e os mantém na democracia) e o “auto de resistência” (que serve para a polícia justificar a execução de suspeitos ou desafetos). Mas é no olhar tanto sobre a Amazônia quanto sobre os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas que o Estado autoritário persiste com mais força e menos resistência na mente da maioria dos brasileiros. Persiste da forma mais perigosa, porque traveste como verdade aquilo que é apenas uma imagem a serviço de interesses políticos e econômicos específicos. Talvez em nenhum outro campo o regime de exceção tenha conquistado tanto êxito ao impor seu ideário. E o mantê-lo na democracia.

A ditadura civil-militar enraizou no imaginário dos brasileiros a visão de que a floresta amazônica é um território-corpo para exploração. Se a lógica do explorador/colonizador norteou historicamente a “interiorização” do país, é na ditadura que ela ganha um pacote ideológico mais ambicioso. As peças de propaganda que o regime produziu continuam vivas, mesmo para aqueles que nasceram depois dela, como os slogans “Integrar para não entregar”

CONT.



e “Terra sem homens para homens sem terra”. É na ditadura que é cimentada a ideia da Amazônia como “deserto verde”, ignorando toda a riqueza humana, a diversidade cultural e biológica que lá existia, ignorando a vida. A disseminação dessa fantasia é tão bem sucedida que se torna verdade. E se torna uma verdade que continua verdade após a redemocratização. Tão verdade que cria uma realidade paradoxal: uma ex-guerrilheira, presa e torturada pelo regime, é quem, na democracia, leva adiante o modelo de desenvolvimento da ditadura para a Amazônia.

É primeiro no governo Lula, e com mais força e empenho a partir da posse de Dilma Rousseff, que grandes obras previstas pelos militares, como a hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu – a mais polêmica, mas não a única – são impostas aos povos da floresta. O conturbado processo que forçou a construção de Belo Monte, entre outras arbitrariedades violou tanto a Constituição quanto tratados internacionais. A Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assegura aos indígenas o direito de serem ouvidos em empreendimentos que vão afetar seu modo tradicional de vida – e não foram. Outras hidrelétricas estão em curso, com grande resistência de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, como as usinas previstas para o rio Tapajós, no Pará.

É nesse governo eleito que a Força Nacional baixa sobre as comunidades tradicionais que vivem há séculos na área dos megaprojetos com a justificativa, entre outras, de garantir a segurança dos pesquisadores que farão o inventário socioambiental. Na prática, é usada para reprimir a resistência legítima desses povos, cujos direitos são amparados pela Constituição. É na democracia que grandes empresas financiadas pelo dinheiro público do BNDES executam obras que alteram o ecossistema regional sem cumprir suas obrigações, na forma de condicionantes, causando estragos irreversíveis e aniquilando vidas, como se viu agora na enchente histórica do rio Madeira.

É também nesse período democrático que um instrumento criado na ditadura, a “Suspensão de Segurança”, tem sido usado para garantir a continuidade dos megaempreendimentos, como foi denunciado no último 28 de março na Organização dos Estados Americanos (OEA). O instrumento permite a tribunais superiores anular decisões judiciais de instâncias inferiores, independentemente do mérito, se as cortes entenderem que as sentenças representam risco de “ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas”. O mecanismo controverso tem sido usado para derrubar decisões favoráveis a comunidades afetadas por grandes obras, como Belo Monte e a estrada de ferro de Carajás.

E a maioria dos brasileiros não estranha – ou estranha muito pouco – essa versão do “Brasil Grande” da ditadura que se consolida com outros nomes na democracia. Não decodifica essa violência como violência, não decodifica o autoritarismo como autoritarismo. O mais perigoso é sempre aquilo que não detectamos como perigoso, aquilo que se naturaliza como inevitável – e na Amazônia a violência de Estado tornou-se natureza.

Poderia ser uma surpresa o fato de o mito amazônico forjado na ditadura persistir na democracia. Mas não chega a ser, porque é esse mito, convertido em verdade única, que permite que a Amazônia siga sendo tratada como objeto de espolição, seja pelo Estado, seja pela iniciativa privada. Um corpo a ser violado, à disposição de exploradores de passagem,

CONT.



sejam eles técnicos do governo, políticos de amplo espectro partidário, grileiros, madeireiros, mineradores e empreiteiros. Quem nesse território permanece, nele nasce, tem raízes e constrói memória torna-se um obstáculo, como os povos indígenas. Um não-ser, como os ribeirinhos e quilombolas, os invisíveis entre os invisíveis. Um obstáculo não ao desenvolvimento, como se repete à exaustão, mas à manutenção desse mito – à continuidade do ideário que legitima, há décadas, a destruição da floresta e dos povos da floresta para acomodar os interesses dos centros de poder.

Esta é uma entre várias razões para que a afirmação de pertencimento dessas populações seja vista como ilegítima, já que a floresta não seria terra para a vida, mas para a exploração e o uso. Como reivindicar a construção de sentidos naquela que é objeto de passagem e de dilapidação? A Amazônia serve ao centro, numa lógica que ainda obedece, na segunda década do século 21, aos preceitos do sistema colonial, na qual a periferia serve à matriz.

Para muitos, incluindo burocratas do governo instalados em ministérios como o de Minas e Energia, a Amazônia é apenas uma fonte de matérias-primas e de energia para as grandes indústrias que produzem para exportação. Tem sido, também, uma fonte de pagamento de compromissos não pronunciados de campanha, na forma de grandes obras financiadas pelo BNDES. A floresta é também aquela que pode ser derrubada para expandir a fronteira agropecuária, num momento em que os ruralistas constituem a maior bancada suprapartidária, em um Congresso que se pauta pela chantagem, e alcançam níveis inéditos de influência em um governo que assegura apoio pela barganha. É ainda uma reserva simbólica para unir o Brasil que a desconhece num ufanismo tortuoso contra “os gringos que querem tomar a Amazônia”. Nada parece mais eficaz do que criar uma ameaça externa para engordar nacionalismos de ocasião, que só favorecem aos mesmos de sempre. Se é disso que se trata, convém perceber que há um tipo de “gringo” que há muito está lá, em megaprojetos de multinacionais que expulsaram as populações locais com o apoio de sucessivos governos. Na ditadura, mas também na democracia.

A Amazônia é devastada em nome de várias manipulações, concretas e simbólicas. Para que continue a servir aos interesses dos centros de poder, é preciso que o modelo de exploração persista. E, para que persista, quando o aquecimento global e a destruição do meio ambiente se tornam temas vitais no mundo, quando a questão da água ascende ao topo da pauta, é preciso forjar novos inimigos. É nesse contexto que os povos indígenas passam a ser vendidos à população, predominantemente urbana do país, como “entraves ao desenvolvimento”. Isso no discurso tanto de setores conservadores da sociedade quanto em falas oficiais de setores do atual governo.

Aqueles que pertencem à terra são convertidos em despertencidos, o sentido mais profundo de “entreve”, para que a Amazônia se mantenha no mesmo lugar de corpo para violação. Em nome de “interesses nacionais”, quando, de fato, o que se mascara como nacional são, historicamente, projetos de poder de grupos políticos específicos e projetos de lucro de grupos econômicos privados. Estes, fazem alianças circunstanciais ou permanentes para manter a lógica de espoliação intacta. Fizeram na ditadura, fazem na democracia. Sem que se estranhe o suficiente, porque a distância da Amazônia não é apenas geográfica. Para compreendê-la é preciso se arriscar à alteridade – e nada mais perigoso para quem quer manter seus privilégios

CONT.



do que experimentar outras possibilidades de estar no mundo.

Os povos indígenas resistem desde 1500, mas nesse século ampliaram sua voz, pelas possibilidades abertas pela internet, e passaram a divulgar suas narrativas múltiplas. Em comum, a resistência ao genocídio que segue em curso e ganhou roupagens mais sofisticadas. É também por isso que os ataques contra esses povos se acirraram, não apenas na forma de agressões físicas e destruição de aldeias, mas nos vários projetos que tramitam no Congresso e que significam, na prática, sua aniquilação física e cultural. Como não é mais possível silenciar a sua voz, é preciso transformá-los em inimigos. O inimigo não se escuta, diga o que disser, porque não lhe é reconhecida a legitimidade para dizer. Esse é o objetivo da bem sucedida propaganda em curso, que coloca os mais de 200 povos indígenas, habitantes também de outros ecossistemas além da Amazônia, como "entraves ao desenvolvimento" do Brasil. Por estarem no caminho das grandes obras, por estarem coletivamente sobre as terras cobiçadas para lucros privados.

Nada é mais autoritário do que dizer ao outro que ele não é o que é. Essa também é parte da ofensiva de aniquilação, ao invocar a falaciosa questão do "índio verdadeiro" e do "índio falso", como se existisse uma espécie de "certificado de autenticidade". Essa estratégia é ainda mais vil porque pretende convencer o país de que os povos indígenas nem mesmo teriam o direito de reivindicar pertencer à terra que reivindicam, porque sequer pertenceriam a si mesmos. Na lógica do explorador, o ideal seria transformar todos em pobres, moradores das periferias das cidades, dependentes de programas de governo. Nesse lugar, geográfico e simbólico, nenhum privilégio seria colocado em risco. E não haveria nada entre os grandes interesses sem nenhuma grandeza e o território de cobiça.

Quando alguém, mesmo em círculos letrados, afirma que "sem Belo Monte não vai dar para assistir à novela das oito ou entrar no Facebook", ou brada que "índio tem terra demais", está cometendo muitas impropriedades. Mas está também mantendo vivo o ideário da ditadura sobre a Amazônia e os povos da floresta. No momento em que o Brasil diseca o golpe que completou 50 anos, tão importante quanto jogar luz sobre o passado é compreender o que dele permanece entre nós – com a nossa estreita colaboração.

Eliane Brum é escritora, repórter e documentarista. Autora dos livros de não ficção Coluna Prestes - o Avesso da Lenda, A Vida Que Ninguém vê, O Olho da Rua, A Menina Quebrada, Meus Desacontecimentos e do romance Uma Duas. Email: elianebrum.coluna@gmail.com. Twitter: @brumelianebrum

Mesmo sob pressão ruralista, advogado Terena apresentou dissertação em retomada no MS

SÍTIO CIMI, 01.04.2014



O advogado terena e assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Luiz Henrique Eloy, foi o primeiro a defender uma dissertação de mestrado dentro de área de retomada indígena. A apresentação aconteceu no dia 13 de março na "Retomada Esperança", onde estão acampadas desde junho de 2013 cerca de 300 famílias Terena. O local, onde incide a fazenda Esperança, com 12 mil hectares, fica próximo ao município de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul.

Resultado de dois anos de pesquisa, o trabalho, intitulado "Poké'exa ũti – O território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local", abrange questões sobre a demarcação de terras indígenas e os entraves jurídicos, principalmente em áreas Terena do estado.

A Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) sofreu pressões de ruralistas contrários à defesa do trabalho no local de retomada, e o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da universidade optou por não enviar a banca examinadora para a área.

Ainda assim, a dissertação foi exposta em primeira mão para a comunidade indígena. "Com isso os ruralistas pensaram que a banca transcorreu normalmente, e soltaram duas cartas de repúdio. O que eu não sabia é que eles haviam acionado o judiciário também, que não acatou ao pedido deles", conta Eloy.

A ação solicitava à Justiça que proibisse a apresentação do trabalho acadêmico, por considerar "[...] imoral a atitude dos indígenas que estão ocupando a área, configurando uma afronta não só em relação a eles, autores, mas também ao Poder Judiciário".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

Contudo, o pedido foi indeferido: “Não se vê no referido evento acadêmico ato ilícito. [...] O Estado Democrático de Direito protege a liberdade de expressão, mediante a exteriorização da opinião, proibindo a censura.”, dizia a decisão Judicial.

Eloy, que nasceu em Taunay Ipegue, destaca que ficou bastante satisfeito com a apresentação. “Creio que foi a melhor coisa que aconteceu, pois primeiro eu apresentei para minha comunidade, que aprovou o trabalho, e no dia 20 de março a universidade ratificou essa decisão”.



Agricultores familiares quilombolas podem se dirigir ao Incra para emissão da DAP
SÍTIO SEPPIR, 31.03.2014

A Declaração de Aptidão ao Pronaf passa a ser emitida também pelo Incra, conforme Portaria nº 90/2013, do MDA. A DAP é pré-requisito para acesso a benefícios no âmbito do PBQ, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos, Assistência Técnica de Extensão Rural, Selo Quilombos do Brasil e Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar

Integrantes de comunidades quilombolas rurais tem mais uma alternativa para emitir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP/Pronaf. A partir deste ano, as unidades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), se somam aos órgãos e entidades que já disponibilizam o documento, facilitando o acesso das famílias agricultoras.

Publicada na Portaria nº 90/2013, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a novidade traz disposições sobre o regulamento e as condições para concessão de crédito rural. Conforme o documento, a DAP será emitida para todas as comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (FCP/MinC). Vale ressaltar que a emissão das declarações não é automática e será feita mediante requerimento das famílias interessadas.

“A medida representa um avanço nas políticas públicas”, afirma a Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR, Silvaney Euclênio. Ela destaca que as ações terão um alcance maior, já que, “para acessar benefícios no âmbito do Programa Brasil Quilombola – PBQ, é necessário possuir a DAP”.

Na ocasião, a gestora citou políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Assistência Técnica de Extensão Rural – Ater, Selo Quilombos do Brasil e Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar – Sipaf.

Números divulgados em fevereiro de 2014 apontam para o total de 2.408 comunidades quilombolas certificadas pela Palmares, e 217 tituladas pelo Incra. Neste universo, estão incluídas cerca de 150 mil famílias, que “têm no Incra mais uma possibilidade para emitir a DAP”, conforme enfatiza a coordenadora-geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra, Givânia Silva.

Para a representante do Instituto, “o que se espera, sobretudo, é facilitar a obtenção da DAP pelas comunidades certificadas pela Fundação Palmares, principalmente nos territórios onde já tem processo de regularização pelo Incra”, afirma. Segundo ela, “é importante frisar que a declaração também pode ser emitida por outros órgãos, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) ou sindicato rural”, acrescenta.

CONT.



As DAPs entregues às famílias quilombolas serão classificadas conforme a renda do solicitante, com observação de critérios do MDA. As emissões seguirão, também, as normas gerais descritas no Manual de Crédito Rural.

Programa Brasil Quilombola

Lançado em 2004, o PBQ tem o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades nos eixos: Acesso à Terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e Direitos e Cidadania.

A coordenação geral do Programa é de responsabilidade da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, que atua em conjunto com os onze ministérios que compõem o seu Comitê Gestor.

A questão quilombola é trabalhada no Governo Federal em algumas frentes. No Plano Plurianual (PPA), a pauta entrou pela primeira vez na peça de 2004-2007. Já no Plano Brasil Maior (2012-2015), o programa temático 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, de execução da SEPPIR, prevê iniciativas de coordenação, monitoramento e avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas, assim como ações previstas em mais 14 programas temáticos, contemplando iniciativas de ministérios que compõem o Comitê Gestor do PBQ e outros.

As ações do PBQ podem ser acompanhadas através do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, sem necessidade de cadastro ou senha. Criado pela SEPPIR em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Fundação Ford, a ferramenta traz informações de diagnóstico e monitoramento do PBQ e do Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra - Juventude Viva, duas políticas estratégicas para a promoção da igualdade racial no Brasil.

O Programa Brasil Quilombola também contribui para o alcance dos objetivos do Plano Brasil sem Miséria (PBM), já que uma significativa parcela das comunidades quilombolas é público-alvo do Plano.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



Sancionada lei que dificulta fechamento de escolas rurais e quilombolas

SÍTIO SEPPIR, 31.03.2014

Lei 12.960, de 27 de março, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para fazer constar exigência de manifestação de órgão normativo, como os conselhos municipais de Educação

A presidenta Dilma Rousseff sancionou lei que dificulta o fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas. A Lei 12.960, de 27 de março, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para fazer constar exigência de manifestação de órgão normativo – como os conselhos municipais de Educação - do sistema de ensino para o fechamento desse tipo de escola. A lei foi publicada na última sexta-feira (28), no Diário Oficial da União.

Além de exigir que o órgão normativo opine sobre o fechamento da unidade de ensino nessas áreas, a lei estabelece que a comunidade escolar deverá ser ouvida e a Secretaria de Educação do estado deverá justificar a necessidade de encerramento das atividades da escola.

O projeto é de autoria do Executivo e ao justificar a proposta o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, destacou que nos últimos cinco anos foram fechadas mais de 13 mil escolas do campo. Segundo ele, decisões tomadas sem consulta causam transtornos à população rural que deixa de ser atendida ou passa a demandar serviços de transporte escolar.

Fonte: Agência Brasil



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

MPF/AM promove audiência pública em Tefé para discutir conflitos na reserva Auati-Paraná

SÍTIO PR/AM, 31.03.2014

Evento será realizado no próximo dia 3 de abril, às 8h30, no Auditório do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), Centro de Tefé

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), por meio da Procuradoria da República no Município de Tefé (PRM/Tefé) realizará audiência pública no próximo dia 3 de abril, a partir das 8h30, para discutir conflitos envolvendo indígenas na área de domínio da Reserva Extrativista Auati-Paraná, localizada na área do município de Tefé. O evento será realizada no auditório do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), localizado na rua Olavo Bilac, 341, Centro de Tefé.

O objetivo principal do evento é instruir e subsidiar a atuação do MPF em inquérito civil público instaurado para apurar supostas invasões e outras práticas irregulares na área da reserva, esclarecendo a sociedade civil a respeito de unidades de conservação e terras indígenas não demarcadas e princípios constitucionais relacionados ao tema.

Conforme o edital de convocação e o regimento da audiência pública, a participação no evento é aberta a toda a sociedade. Os participantes que quiserem fazer manifestação oral nos debates deverão realizar inscrições, que poderão ser feitas pessoalmente no dia do evento. A audiência pública contará com a participação do Ministério Público Federal (MPF) e colaboração direta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e será presidida pela procuradora da República Paula Cristine Bellotti.

Foram convidados para a mesa de debates representantes da coordenação da Resex Auati-paraná e da Coordenação Gestão de Conflitos Territoriais do ICMBio, da Fundação Nacional do Índio (Funai), Associação Agroextrativista de Auati-Paraná, da Comunidade Maguari e da Prelazia de Tefé.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4743 / 4661
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/MPF_AM



Exposição de fotos traz retrospectiva de mais de 30 anos de lutas pelos direitos indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.03.2014

Mostra estreia em São Paulo nesta segunda-feira (31/3) e reúne 43 fotos de momentos e personagens históricos, apresentadas em ordem cronológica, clicadas por 33 fotógrafos, com mapas e textos de apoio, em português e inglês

ISA

Começa oficialmente na próxima segunda, 31/03, na Arena de Eventos do Parque do Ibirapuera, em São Paulo, a exposição Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 – Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos. A mostra comemora os 30 anos do Apoio Norueguês aos Povos Indígenas no Brasil, os 25 anos da Constituição e os 20 anos do ISA. O projeto é uma realização da Embaixada da Noruega no Brasil e do ISA.

A exposição, que estreou em novembro do ano passado em Brasília, no Museu da República, contou com a presença de lideranças indígenas históricas como Marcos Terena, Ailton Krenak, o cacique kayapó Raoni Metuktire, Almir Suruí Paiter e Davi Yanomami.

Em São Paulo, a abertura acontecerá às 19h30, no Museu Afro Brasil, também no Parque do Ibirapuera, próximo ao local da exposição e contará com a participação da ministra conselheira Sissel Hodne Steen, da Embaixada da Noruega no Brasil, de Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental (ISA) e curador da exposição e do representante) da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Em seguida haverá a exibição do vídeo sobre os 30 anos do apoio norueguês aos povos indígenas no Brasil, uma apresentação dos índios kuikuro do Parque Indígena do Xingu, e um coquetel.

A mostra é composta por 43 fotos, apresentadas em ordem cronológica, clicadas por 33 fotógrafos, com mapas e textos de apoio, em português e inglês. São 18 totens de 2,39 x 2 m, com imagens de ambos os lados, e a iluminação noturna das peças será feita por coletores solares, no topo dos totens.

Momentos e personagens históricos

A maior parte das imagens foi publicada originalmente na imprensa ou nos volumes da série Povos Indígenas no Brasil, elaborada, inicialmente, pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e, a partir de 1994, pelo ISA, com apoio do governo norueguês.

A exposição traz momentos e personagens históricos, retratados em um período de 33 anos no qual os povos indígenas saíram da invisibilidade para entrar de vez no imaginário e na agenda do Brasil contemporâneo. O marco desse processo foi o capítulo dos direitos indígenas da

CONT.



Constituição. Entre outros temas, as imagens retratam a participação indígena na Constituinte (1986-1988); a batalha pelo reconhecimento das Terras Indígenas; a resistência às invasões de garimpeiros e madeireiros; o apoio de músicos como Sting e Milton Nascimento; a apropriação das tecnologias do homem branco; as ameaças aos últimos povos "isolados"; as mobilizações recentes pela garantia de seus direitos. "Pretende-se que essas imagens sirvam de referência para as narrativas dos seus protagonistas, assim como para o aprendizado das novas gerações", explica Beto Ricardo.

Em 1983, a Noruega criou uma linha específica de cooperação internacional para apoio aos povos indígenas e o Brasil foi o primeiro país a receber seus recursos. A Embaixada da Noruega apoia atualmente 12 associações indígenas e organizações indigenistas. A base da iniciativa é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um dos principais mecanismos internacionais de proteção aos direitos indígenas. A Noruega foi o primeiro país a ratificá-la, em 1990. O Brasil fez o mesmo em 2002.

"A Noruega vem firmando parcerias de longa duração com várias associações indígenas e organizações não governamentais indigenistas no Brasil por meio de seu Apoio aos Povos Indígenas. O foco tem sido o apoio institucional", informa a ministra conselheira Sissel Hodne Steen.

"Extintos"

A exposição trata de um período histórico recente (1980-2013) marcado pelo protagonismo político dos povos indígenas, depois de terem sido considerados extintos. Essa visão está presente no curioso relato do antropólogo Claude Lévi-Strauss, registrado em seu livro "Tristes Trópicos", que serve de epígrafe à exposição. Em 1934, pouco antes de viajar ao Brasil, ele questionou o embaixador brasileiro na França sobre como encontrar comunidades indígenas. "Índios? Infelizmente, prezado cavalheiro, lá se vão anos que eles desapareceram", respondeu o diplomata.

O antropólogo Darcy Ribeiro registrou o decréscimo geral da população indígena e o desaparecimento de mais de 80 etnias, entre 1900 e 1950. Algumas fontes estimam que, em 1500, havia entre dois milhões e seis milhões de índios no que seria mais tarde o território brasileiro.

A trajetória de resistência retratada na exposição, no entanto, coincidiu com a recuperação do crescimento demográfico dessas comunidades, registrada a partir dos anos 1980. Hoje, existem no Brasil 240 povos indígenas, que falam 154 línguas e somam uma população de mais de 896 mil pessoas (IBGE 2010). O número de índios continua crescendo, assim como o de etnias, embora alguns povos estejam ameaçados de extinção. Metade das etnias tem uma população de até mil pessoas; 49 têm parte de sua população habitando países vizinhos; há 60 registros de povos "isolados".

A exposição estará aberta ao público, com entrada franca, de 1º a 22 de abril e contará com visitas destinadas a escolas, que poderão ser agendadas pelo e-mail agendamento@artqeduca.com.br. As visitas agendadas têm duração de 60 minutos e devem ocorrer das 8h30hs às 18h30, de segunda a sábado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

Serviço

O que: Exposição Povos Indígenas no Brasil

Quando: de 1º a 22 de abril de 2014

Das 5h às 24h (o parque abre às 5h e fecha às 24h), de segunda a domingo.

Onde: Arena de Eventos, Parque do Ibirapuera

Av. Pedro Álvares Cabral s/n

São Paulo – SP

Entrada franca



"Herança" da ditadura militar no país ainda permanece na Amazônia

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 31.03.2014

O regime militar brasileiro acabou há quase 30 anos, mas seu legado e seus fundamentos permanecem. E, em algumas situações, são resgatados com as tintas da democracia. Na Amazônia, a herança é mais evidente nas esferas das estruturas do poder criado para "desenvolver" a região, nos impactos ambientais causados por grandes obras sem estudo prévio e na violação dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. O alerta foi o teor do debate "Amazônia contra o autoritarismo – 50 anos depois", promovido pelo Ministério Público Federal na sexta-feira (28), na Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

A sombra do regime militar também permanece na retomada de obras planejadas naquele período. O exemplo mais notório são as obras de usinas hidrelétricas, sendo que a mais emblemática é Belo Monte, projetada nos anos 70 e que foi desengavetada no governo Lula e executada no governo Dilma. A diferença é a consolidação de movimentos sociais que se fortaleceram para confrontar estes projetos.

Um dos aspectos mais evidentes desta herança é a continuidade de órgãos criados pouco tempo depois do golpe de 1964, como a Sudam (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e até mesmo a Zona Franca de Manaus e a manutenção dos mesmos moldes e interesses econômicos e políticos construídos já naquele período.

"O autoritarismo não está só no período ditatorial. Ele está nos períodos ditos democráticos. A criação da Sudam, quase junto com a Suframa, veio com a ideia de reunir interesses industriais com os interesses sobre as terras e sobre os recursos naturais e de criar uma poderosa coalizão de interesses. Veio com a tentativa de fazer que essa coalizão de interesses represente a identidade regional", disse o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, durante sua intervenção no debate.

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida observou que, durante o discurso de abertura da Sudam, em 1966, o então ministro do Planejamento, Roberto Campos (governo de Castello Branco) ressaltou que a "verdadeira" vocação da Amazônia era a mineração e não o extrativismo vegetal.

Junto à mineração, outros interesses foram incorporados: madeireiros, projetos agropecuários, indústrias beneficiadas por incentivos fiscais. Projetos que estão hoje cada vez mais fortes nas agendas governamentais.

"Tem algumas instituições permanentes na sociedade brasileira que nos obrigam a repensar esse autoritarismo que transcende aos próprios períodos autoritários. Essa reflexão ganha corpo hoje porque a sociodiversidade e os fatores étnicos estão fortes na vida cotidiana. Se apresentam mais completa, estigmatizadas, com violências permanentes", comentou.

CONT.



Na Amazônia, conforme o antropólogo, esta situação se agrava, mas ele destaca que a resistência de formas organizativas dos movimentos sociais é que se difere do momento atual para aquele período. "Temos recursos naturais estratégicas. O desenvolvimentismo bebe nas fontes do autoritarismo, mas ele não repete exatamente os anos 70. A construção de Tucuruí não é igual a Santo Antonio e Jirau. A nossa forma de perceber mudou muito rapidamente", afirmou.

Ribeirinhos

O evento na Ufam foi assistido por uma plateia de mais de 100 pessoas e contou com a presença do procurador da República Julio Araujo, do indígena Ivanildo Tenharim, do procurador do Trabalho Renan Kalil e do indigenista Egydio Schwade.

Um grupo formado por vários ribeirinhos que vivem em comunidades na zona rural de Manaus e cujas terras são ocupadas pelo Centro de Treinamento de Guerra na Selva (Cigs) esteve presente. Eles lembraram que, em 2009, o Exército tentou retirá-los das comunidades e transferi-los para outra área da zona rural de Manaus. Os ribeirinhos resistiram e se mobilizaram para permanecer na área. As comunidades mais afetadas são Jatuarana e São Francisco do Mainã.

O conflito fundiário começou no início dos anos 70, quando as terras, pertencentes ao Estado do Amazonas, foram doadas pelo governador Danilo Areosa à União para receber soldados em treinamentos. Na época, não se falou que, diferente do discurso do "vazio demográfico", havia famílias ribeirinhas morando na área. Depois de vários conflitos, impasses e tentativas de diálogos, as famílias estão atualmente em processo de regularização fundiária e tentam conviver pacificamente com o soldados do Cigs, apesar das restrições para se deslocarem em locais pré-determinados (não podem pescar em todos os lagos, por exemplo) devido aos treinamentos.

Transamazônica

Em outubro de 1970, o marco inicial da Transamazônica era inaugurado pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici. O general realizou a solenidade no município de Altamira, no Pará. Para "comemorar" o momento, uma castanheira foi derrubada. Dois anos depois, a rodovia que atravessa as regiões Norte e Nordeste projetada para marcar o regime militar era inaugurada. A Transamazônica fazia parte do projeto do regime militar de ocupação da Amazônia, em uma época em que se propagava que a região era um vazio populacional.

Ao mesmo tempo em que a obra da rodovia destruía imensas áreas de floresta, impactava a fauna da região e incentivava a imigração, no território do Estado do Amazonas, uma terra indígena estava sendo atravessada e impactada. Índios tenharim viram sua população ser drasticamente reduzida e os índios jiahui quase desapareceram. Hoje, os jiahui são pouco mais de 100 pessoas.

Mais de 40 anos depois, não deixa de ser relevante lembrar que os efeitos negativos da Transamazônica perduram. Os tenharim e os jiahui nunca receberam compensação alguma. E

CONT.



o que pensa Ivanildo Tenharim, liderança indígena e secretário para os povos indígenas de Humaitá, no sul do Amazonas sobre este período?

“A ditadura deixou uma cicatriz muito grande, uma ferida ainda viva nos povos indígenas. Meu pai trabalhou na obra sem receber nada, como se fosse escravo. E nunca fomos compensados. Depois chegaram os madeireiros e os fazendeiros que não gostavam da gente. Essas consequências estão até hoje. Mas parece que a ditadura quer voltar de outra forma. Os indígenas não são mais consultados sobre os projetos que afetam suas vidas. Quando a obra é de interesse capitalista, os licenciamentos são facilitados. Quando é para o desenvolvimento sustentável das populações, colocam várias dificuldades”, afirmou Ivanildo, que participou no debate realizado na Ufam.

Em janeiro deste ano, o Ministério Público Federal no Amazonas entrou com uma ação na justiça pedindo indenização pelos imensos impactos causados na vida dos tenharim e jahui com as obras da Transamazônica

O pesadelo na vida dos tenharim, agora, é o projeto de construção da Usina Tabajara, cuja barragem está prevista para ser construída no rio Machado, divisa de Rondônia com Amazonas, prometida há vários anos pelo governo federal, mas cuja execução está cada vez mais próxima. Ivanildo diz que os impactos da usina podem ser mais ferozes do que os da Transamazônica.

“Pelo que vi nos estudos, essa usina vai inundar a Terra Indígena Tenharim. Será pior. Vai ser um impacto muito grande. Não fomos consultados nem uma vez. Nunca fomos procurados. Mas na visita que a presidente da Funai (Maria Augusta Assirati) fez na nossa aldeia recentemente cobramos dela providências”, relatou.

A resistência à construção da usina de Tabajara não é recente, mas somente nos últimos meses é que mobilização contrária ao empreendimento começou a se delinear de forma mais consistente e prática. No último dia 23, a Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM), da qual os índios tenharim e jahui fazem parte, entregaram um documento à procuradora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, Deborah Duprat, pedindo providências.

Conflitos

Ivanildo, assim como toda a população tenharim, vive um momento delicado. Desde o início do ano, a maioria da população limita-se a transitar somente dentro das aldeias, localizadas à margem da Transamazônica. Poucos se arriscam a ir na cidade, desde os conflitos de final de ano, quando uma parte das populações de Humaitá, Apuí e distrito de Santo Antônio do Matupi promoveram manifestações contra os indígenas após o desaparecimento de três homens na terra indígena. Cinco índios tenharim estão presos sob suspeitas de serem os assassinos dos três homens.

Durante o debate na Ufam Ivanildo comentou esse episódio. “Esse era um projeto antigo (referindo-se aos protestos). O que aconteceu foi apenas uma oportunidade que eles

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

(fazendeiros e madeireiros) estavam esperando. A etnia tenharim não tem pensamento de criar conflito, até porque somos vizinhos”, disse.

Depois de três meses desde o início do conflito, os poucos tenharim que vão a Humaitá, onde está o maior foco de tensão desde o início dos protestos, ainda não conseguem andar tranquilamente na cidade. Quem é aluno de escolas da cidade, continua sem estudar. “Eu ainda não consigo trabalhar, nem ficar na minha sala na Prefeitura. Quando ando na rua, todos me olham. Mas apesar das ameaças, a gente quer fazer uma campanha de paz, quer voltar à normalidade”, diz.



MPF busca reparação por violações de direitos humanos ocorridas na ditadura
SÍTIO MPF/PGR, 31.03.2014

Desde de 2008, órgão tem atuado nas esferas cível e criminal para garantir a punição de agentes da repressão, o direito de reparação das vítimas e o acesso à memória e à verdade

Em 14 de maio de 2008, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública contra dois ex-comandantes do Destacamento de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) do 2º Exército, em São Paulo. Na ação, o MPF pedia que os militares reformados Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel fossem responsabilizados civilmente por graves violações de direitos humanos ocorridas entre os anos de 1970 e 1976 no Doi-Codi, onde aconteceram mortes e desaparecimentos que marcaram a história do país, como a do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. A ação civil pública é um marco na atuação do órgão sobre o tema da justiça de transição, que trabalha sobre os princípios da verdade, justiça e reparação para alcançar o acesso a informações, a responsabilização de violadores de direitos humanos e a reparação das vítimas. Desde 1999, o MPF já acompanhava a identificação dos restos mortais de vítimas da repressão localizados em uma vala clandestina no cemitério de Perus, em São Paulo.

Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH) analisou o caso Gomes Lund e outros vs. Brasil, que tratava da responsabilização do Estado brasileiro pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas resultante de operações do Exército para erradicar a Guerrilha do Araguaia. Entre outros pontos, a sentença determinou ao estado brasileiro a condução eficaz da investigação penal para esclarecer os fatos ocorridos durante a ditadura, para definir as correspondentes responsabilidades penais e para impor efetivamente as sanções penais cabíveis. Em 2011, foi criado, no âmbito da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (criminal e controle externo da atividade policial), o Grupo de Trabalho Justiça de Transição (GTJT), com o objetivo de fornecer apoio jurídico e operacional aos procuradores da República para investigar e processar casos de graves violações a DH cometidas durante o regime militar e buscar fomentar ambiente propício para a reflexão sobre o tema e para a tomada de posições institucionais sobre a questão.

Como resultado desta atuação, foram ajuizadas até o momento oito denúncias contra agentes da repressão. Destas, sete denúncias foram apresentadas à Justiça Federal por crimes de desaparecimento forçado (sequestro) e de ocultação de cadáver, que são permanentes, ou seja, tiveram início no momento em que ocorreram e não cessaram até hoje. Por isso, não foram alcançados pela Lei de Anistia, nem lhes resulta aplicável a prescrição. A oitava se refere a crimes de homicídio, associação criminosa e transporte de explosivos no Riocentro, praticados após a vigência da Lei de Anistia. O MPF entende que a prescrição não incide, porque são crimes contra a humanidade, e que há obrigatoriedade de cumprimento da decisão da Corte IDH.

CONT.



Em 2009, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão criou o Grupo de Trabalho Memória e Verdade, da PFDC. O GT tem atuado para garantir o acesso a informações sobre a localização de restos mortais de desaparecidos, inclusive àquelas mantidas sob sigilo público ou privado. Também trabalha pela responsabilização civil de perpetradores de graves violações aos direitos humanos; reparação coletiva e imaterial de danos; e reforma dos aparatos de segurança. Dentro desse grupo, há um procurador da República nomeado para acompanhar as atividades do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), instituído para buscar os restos mortais dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia e composto por representantes do Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Ministério da Defesa. O acompanhamento das expedições de busca por parte do MPF tem resultado em recomendações aos ministros responsáveis para aperfeiçoar os mecanismos de buscas. Também como resultado, conseguiu-se incluir na equipe do GTA uma perita arqueóloga para acompanhar expedições.

Uma das linhas de atuação do GT Memória e Verdade incentiva o tombamento histórico de edifícios onde funcionaram órgãos da repressão como forma de incentivar a preservação da memória. Busca, também, a alteração de nomes de logradouros públicos que fazem homenagem a agentes da repressão. É o caso da Ponte Rio-Niterói, que oficialmente tem o nome de Costa e Silva, ex-presidente responsável pela assinatura do AI-5.

Também com apoio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, membros do MPF que atuam no Rio Grande do Sul participaram da exumação das ossadas do ex-presidente João Goulart, realizada em novembro de 2013 no município de São Borja. A exumação foi realizada como parte dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pela Comissão Nacional da Verdade, mas converge com as fases de investigação do inquérito civil instaurado pelo MPF/RS em 2007 e que tem como objetivo apontar a suposta substância química que teria causado o envenenamento do ex-presidente e atestar a existência de uma lista de pessoas que estariam marcadas para serem assassinadas pelas ditaduras do Cone Sul.

O MPF, por meio da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, ainda realiza o projeto Brasil Nunca Mais Digital. O site reúne cópias de 710 processos judiciais que tramitaram no Superior Tribunal Militar entre 1979 e 1982, movidos contra presos políticos e tem se constituído em importante fonte de pesquisa e consulta para os interessados no tema.

As violações de direitos humanos cometidas contra populações indígenas também são objeto de investigação do MPF. Recentemente, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (populações indígenas e comunidades tradicionais) instaurou um grupo de trabalho para estabelecer a verdade e trazer o conhecimento dos fatos ocorridos durante a ditadura para a sociedade. Atualmente, está disponibilizado no site da 6ª Câmara o material trabalhado pelos membros do GT e pelos procuradores atuantes nos estados onde as violações foram cometidas. Um desses documentos é o relatório Figueiredo, elaborado pelo procurador do Ministério do Interior Jader de Figueiredo Correia que, entre os anos de 1967 e 1968, apurou denúncias de crimes cometidos contra populações indígenas no período do regime militar. O relatório ficou desaparecido por 45 anos e foi encontrado em 2013 no Museu do Índio do Rio de Janeiro. Em 2014, o GT vai atuar na apuração das violações aos direitos do Povo Waimiri-Atroari em razão da construção da BR-174, no Amazonas, vai analisar as atividades desenvolvidas durante o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

funcionamento do "Reformatório Krenak", na Região Sudeste, vai apurar as atividades da "Guarda Rural Indígena - GRI", em Minas Gerais, e também as violações aos direitos do Povo Guarani em razão da construção da Hidrelétrica de Itaipu, no Oeste do Paraná.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria Geral da República
(61) 3105-6404/6408



MPF/MG recorre de sentença que negou autorreconhecimento a comunidades quilombolas

SÍTIO MPF, 31.03.2014

Para juízo federal de Paracatu, a titulação das terras quilombolas "expõe um efeito nefasto à segurança jurídica do direito de propriedade no Brasil"

O Ministério Público Federal em Paracatu (MG) recorreu de sentenças proferidas pela Justiça Federal que negou pedidos de reparação a comunidades quilombolas em virtude da expansão de empreendimento minerário pertencente à empresa canadense Kinross Brasil Mineração S.A.

Segundo o MPF, a "Kinross acabou por expulsar, mediante uso abusivo do poder econômico, os integrantes das Comunidades Quilombolas Machadinho e Família dos Amaros de suas terras, pressuposto indissociável de sua sobrevivência e existência cultural. A nova barragem de rejeitos foi construída quase que inteiramente no território Machadinho, e os distúrbios e transtornos causados pelas obras acabaram por expulsar os remanescentes da Família dos Amaros do local. Sobraram, ainda, incontáveis arranhões e ataques a direitos existenciais da comunidade São Domingos, entre eles o direito à saúde e à preservação de seu modo de vida".

A Kinross Brasil Mineração, que incorporou a antiga Rio Paracatu Mineração, é uma subsidiária da Kinross Gold Corporation, empresa global com sede no Canadá. Desde 2006, a Kinross trava uma batalha nos bastidores contra as comunidades quilombolas de Machadinho, Amaros e São Domingos.

As terras pertencentes a essas comunidades, reconhecidas pelo Incra, foram utilizadas no projeto de expansão da mina, que está situada a dois quilômetros ao norte da cidade de Paracatu, região noroeste de Minas Gerais. Diversos membros das comunidades teriam sido vítimas de ameaças veladas por parte da Kinross para obrigá-los a negociar seus territórios. Pelo menos duas pessoas teriam solicitado inclusão no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos.

Ocorre que uma das condicionantes da licença de instalação e operação consistia exatamente na exigência de medidas reparadoras, compensatórias e indenizatórias em relação aos impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais do empreendimento sobre as comunidades quilombolas, bem como a efetiva e concreta implementação de projetos em face dos danos já causados e que ainda advirão do empreendimento.

E apesar de a condicionante não ter sido cumprida, os órgãos ambientais estaduais concederam as licenças e o empreendimento não só foi instalado, como entrou em operação. As notícias dão conta de que, em pouco mais de dois anos, a extração de ouro em Paracatu triplicou a produção anual da empresa.

CONT.



O MPF/MG viu-se obrigado a ingressar em juízo para pedir que os direitos das comunidades quilombolas, já violados, fossem reparados pela Kinross.

Pensamento escravocrata - Ao julgar improcedentes as ações, o juízo federal de Paracatu disse entender que "a proteção constitucional dedicada aos quilombolas não alcança as comunidades tratadas neste feito".

Segundo as sentenças, nem todo descendente de ex-escravo pode ser considerado quilombola, porque, para tanto, ele teria que provar que descende de escravo foragido. "Em nenhum dos estudos das comunidades tratadas nos autos, houve o levantamento de registros policiais ou relatos de repressão estatal (...), descaracterizando a realidade de um quilombo, sob o ponto de vista histórico".

Para o MPF/MG, essa visão revela "apego injustificado ao pensamento escravocrata, impregnado de discriminação, em pleno século 21. Basta ver que a legislação colonial escravocrata conceituava, para fins penais e repressores, o quilombo de forma idêntica à posta na sentença: toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles" (Conselho Ultramarino de 1740)".

O próprio Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu que "a conceituação de quilombos como o escravo fugido de seu proprietário favorece unicamente ao senhor escravista. Os quilombos se constituíram não apenas através das fugas com ocupação de terras livres e isoladas, mas, igualmente, através de heranças, doações, compras, recebimentos de terras com pagamento de serviços prestados, entre outras formas, anteriores ou posteriores à abolição" e lembra que as comunidades podem ser consideradas resistentes, "pois de alguma forma chegaram até os dias atuais ocupando área de uso comum em meio de uma série de infortúnios, sofrimentos e adversidades, como resistência da Marinha, a especulação imobiliária e o preconceito racial".

Autorreconhecimento negado - Nas sentenças, os magistrados chegam a negar o direito de autoidentificação das comunidades quilombolas, contestando os laudos produzidos pelo Incra, para dizer que "enquanto não houver ultimação de todo o procedimento de reconhecimento e titulação no âmbito administrativo, as três comunidades tratadas não são consideradas quilombolas aptas a merecer proteção especial pela Constituição". Em determinado momento, citando artigo publicado em veículo de imprensa, afirmam que a titulação das terras quilombolas "expõe um efeito nefasto à segurança jurídica do direito de propriedade no Brasil".

Ao apelar das sentenças, o MPF/MG lembra que o critério antropológico de autoidentificação do grupo étnico foi reconhecido pela Convenção 169 da OIT e ratificada pelo Congresso Nacional e afirma que "a análise que na sentença se fez da situação jurídica dessas comunidades é insubsistente, eis que ausentes nos autos provas – sequer alegação – de que não são quilombolas".

Na verdade, a leitura das decisões judiciais permite inferir que os magistrados se basearam, substancialmente, em provas inexistentes, especialmente em um parecer sobre a Região do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

Pituba que não existe nos autos. "Se o que não está nos autos não está no mundo, referido documento jamais poderia ter sido usado como fundamento para a decisão", defende o Ministério Público Federal.

O juízo federal também subverteu a lógica jurídica ao dizer que os laudos antropológicos do Incra não seriam merecedores de maior credibilidade do que um parecer produzido por antropólogo contratado pela Kinross, "esquecendo que os atos administrativos gozam de presunção de verdade e legitimidade", sustenta o recurso.

Para o MPF/MG, a Justiça Federal desconsiderou todo o processo de coação e pressão exercido pela Kinross sobre as três comunidades quilombolas e acabou por chancelar o caminho da expulsão de todos os integrantes da Família dos Amaros e Machadinho do seu território reconhecido pelo Incra e certificado pela Fundação Palmares. "Isso em benefício da gana incessável pelo lucro sem fim (e sem proporcionalidade e razoabilidade) da gigante apelada. Em outros termos, perde a história do Brasil e de Paracatu e ganha o capital e o ouro".

Irregularidades ambientais - Os recursos do Ministério Público Federal também apontam uma série de omissões na atuação do órgão ambiental estadual Supramnor (Superintendência Regional do Meio Ambiente do Nordeste de Minas).

Em 2008, peritos do MPF/MG já alertavam para a necessidade da divulgação trimestral de relatórios sobre os parâmetros e diagnóstico das águas superficiais e subterrâneas no entorno da mina. Na verdade, a apresentação de relatórios trimestrais estava prevista na própria Licença Ambiental de Operação.

No entanto, quatro anos depois, em abril de 2012, o órgão ambiental estadual informou ao MPF/MG que, até aquela data, não havia feito diligências para conferir a real execução do programa de monitoramento das águas pela Kinross. Seis meses depois, a situação continuava inalterada.

"A inércia e a omissão da Supramnor na fiscalização do empreendimento atrai o poder-dever do Ibama de atuar supletivamente, para suprir a atuação deficiente do órgão estadual, o que acarretaria a necessidade de se realizar novo licenciamento para o Projeto de Expansão e Lavra II, no Morro do Ouro, em Paracatu/MG", sustenta o MPF.

Os recursos serão julgados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília-DF.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Minas Gerais
Tel.: (31) 2123.9008
Twitter: mpf_mg



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

Líder do povo Akrãtikatêjê é enterrado em Bom Jesus do Tocantins, no Pará
SÍTIO G1, 31.03.2014

*Povo da aldeia Akraty integra tribo indígena Gavião.
Payaré morreu de ataque cardíaco no último sábado, 29.*

O corpo do líder do povo Akrãtikatêjê, tribo indígena da região de Bom Jesus do Tocantins, no sudeste do estado, foi enterrado no último domingo (30), dentro da própria aldeia a que ele pertencia, a Akraty. Payaré faleceu no último sábado, vítima de ataque cardíaco.

Líder do povo também conhecido como "Gavião da Montanha", que integra o povo indígena Gavião, Payaré fazia tratamento de hemodiálise há cerca de cinco anos e morreu quando seguia de carro para a clínica onde fazia o tratamento.

Payaré também denunciava a falta de atenção à saúde indígena nas aldeias do sudeste do Pará.



Indígenas fazem mobilização em Curitiba pela melhoria da saúde

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.03.2014

Desde a última terça-feira (25), lideranças indígenas de São Paulo estão em Curitiba para serem atendidas pelo Coordenador da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI), Paulo Camargo. Porém, ao chegarem à Secretaria, não havia funcionários na cidade, e desde então, não tiveram nenhum posicionamento oficial do órgão.

Durante esta segunda-feira (31) a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN SUL está em reunião com as lideranças e representantes das comunidades indígenas para auxiliar a manifestação que acontecerá em frente à sede da SESAИ, em Curitiba. Dentre as reivindicações, como, o atendimento precário, a falta de profissionais e remédios para o atendimento das comunidades e a saída do Coordenador, Paulo Camargo está entre as necessidades primordiais do movimento.

“Nós estamos aqui desde terça-feira e até sexta-feira nós não fomos atendidos. Quando chegamos na SESAИ não havia funcionários e estava tudo fechado. Essa semana a gente vai esperar os parentes. Porque já tentamos negociar, mas agora não queremos mais conversa”, declarou o Cacique Awa.

Durante o dia, dezenas de representantes indígenas das comunidades do PR, e de toda a região sul, estarão se mobilizando para aderir à manifestação que tem início ainda nesta manhã. Segundo os representantes indígenas, eles pretendem finalizar a mobilização somente após o posicionamento oficial da SESAИ.

Segundo o Cacique, está disponível para o litoral sul (do qual abrange as regiões das comunidades) R\$ 24.653.927, 71, e até o momento não foi repassado nada para a melhoria e o desenvolvimento da saúde nas comunidades. “Nós queremos aquilo como era antigamente quando ainda era FUNASA, com remédios na farmácia, cesta básica, viatura nas aldeias, saneamento básico, entre outras necessidades que não têm sido respeitadas”, afirma o Cacique Awa.

O Cacique afirmou ainda que os profissionais indígenas que atuam na ponta, estão sendo retirados de seus ofícios e os não indígenas estão ocupando essas vagas. E reiterou ainda que os caciques e lideranças não estão sendo consultados em relação a estas alterações.

Contatos para imprensa:

Lideranças Tupi-Guarani

Tenon: (13) 99703-9179

Donizete: (41) 9527-2577

ASCOM Arpin Sul

41-3092-4097

41-9132-4102 (vivo)



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

41-8781-9191 (claro)

Endereço SESAÍ (local da mobilização): Rua Candido Lopes, 208.



Lançamento da campanha Índio é nós em São Paulo, 05/04, na Casa do Povo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.03.2014

LANÇAMENTO DA CAMPANHA

Índio é nós

– São Paulo

5 de abril de 2014 na Casa do Povo
Rua Três Rios, 252 - Bom Retiro

"Índio é nós" é uma mobilização nacional em prol dos direitos e das terras indígenas que, neste ano do cinquentenário do golpe de 1964, permanecem sendo alvo de ataque no Brasil.

Normas constitucionais e internacionais vêm sendo flagrantemente desrespeitadas, sem consulta às populações, descumprindo as condicionantes ambientais. São exemplo dessa escalada autoritária as obras de barragens dos rios da Amazônia, concebidas na ditadura militar.

"Índio é nós" compõe-se de uma rede independente de eventos pelo Brasil apoiada

por nomes representativos de nossa cultura, como Gilberto Gil, Manuela Carneiro da Cunha, Eduardo Viveiros de Castro, Marlui Miranda, Adriana Calcanhotto, Alfredo Bosi, Deborah Duprat, Antonio Dias, Rubem Fonseca, Arnaldo Antunes.

Neste evento, abrimos ao público o manifesto pela demarcação das terras indígenas, bem como pela paralisação dos empreendimentos que estão sendo realizados à revelia dos direitos constitucionais desses povos e das convenções internacionais.

WWW.INDIO-EH-NOS.ECO.BR

"Índio é nós" é uma mobilização nacional em prol dos direitos e das terras indígenas que, neste ano do cinquentenário do golpe de 1964, permanecem sendo alvo de ataque no Brasil.

Normas constitucionais e internacionais vêm sendo flagrantemente desrespeitadas, sem consulta às populações, descumprindo as condicionantes ambientais. São exemplo dessa escalada autoritária as obras de barragens dos rios da Amazônia, concebidas na ditadura militar. "Índio é nós" compõe-se de uma rede independente de eventos pelo Brasil apoiada por nomes representativos de nossa cultura, como Gilberto Gil, Manuela Carneiro da Cunha, Eduardo Viveiros de Castro, Marlui Miranda, Adriana Calcanhotto, Alfredo Bosi, Deborah Duprat, Antonio Dias, Rubem Fonseca, Arnaldo Antunes.

Neste evento, abrimos ao público o manifesto pela demarcação das terras indígenas, bem como pela paralisação dos empreendimentos que estão sendo realizados à revelia dos direitos constitucionais desses povos e das convenções internacionais.

Local: Casa do Povo, Rua Três Rios, 252 (Bom Retiro). São Paulo/SP.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

Programação:

14:00-15:00. Abertura e mesa com Artionka Capiberibe (Unifesp) e Pádua Fernandes (Índio é nós).

15:15-15:30. Fragmento XAPIRI: Companhia Oito Nova Dança e convidados.

15:30-16:00. Lançamento da revista Poesia Sempre, da Biblioteca Nacional: especial Cantos Ameríndios.

16:00-17:00. Mesa com Marcelo Zelic (Tortura Nunca Mais-SP) e David Martim (Aldeia Jaraguá).

17:00-17:15. Apresentação de Marlui Miranda.

17:15-19:00. Mesa com Manuela Carneiro da Cunha (Universidade de Chicago), Maria Rita Kehl (Comissão Nacional da Verdade) e Marta Azevedo (Unicamp e ex-presidente da Funai).



Índios, as maiores vítimas da ditadura

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 31.03.2014

Os índios são apenas 0,47% da população brasileira. Ainda assim, mais indígenas morreram por decisões da ditadura iniciada há 50 anos do que as vítimas de outros grupos, armados ou não. Um único povo do Amazonas perdeu mais habitantes pela violência da imposição da construção de uma estrada em suas terras, a partir de 1971, do que todos os não índios mortos segundo as maiores estimativas. Como esse, inúmeros outros grupos foram vítimas do lado mais brutal e, até hoje, menos conhecido daqueles anos de chumbo.

A Comissão da Verdade, que investiga crimes cometidos pelo governo ou agentes do regime autoritário, suspeita que tenham sido mil mortos ou desaparecidos políticos entre 1964 e 1985. A construção de estradas na Amazônia, no governo do general Garrastazu (1969-1973), matou 8 mil índios, segundo estima a comissão.

Quando considerados os mortos indígenas relativamente à população das etnias, os resultados apontam para um genocídio. No Amazonas, os Waimiri-Atroari habitavam área em que o governo quis passar a rodovia Manaus-Boa Vista; perderam 75% de sua população entre 1971 e 1985. Os Panará (ou Krenhakarore), cuja saga inspirou uma música no primeiro disco solo de Paul McCartney (1970), estavam no traçado da rodovia Cuiabá-Santarém (Pará); eram cerca de 450 no contato, em 1973; em dois anos restavam 74 (-84%).

Ainda considerando apenas exemplos relacionados às estradas do Programa de Integração Nacional (PIN, o PAC dos anos 1970): os 200 Parakanã contatados em 1971, em área da Transamazônica no Pará, foram reduzidos a 94 em dois anos (-53%); em Roraima, 14 aldeias Yanomami no rio Ajarani, foram reduzidas a uma única maloca de 71 sobreviventes (-90%, pelo menos); outro conjunto de aldeias, no rio Catrimani, perdeu 50% de sua população para uma epidemia de sarampo introduzida por trabalhadores da rodovia Perimetral Norte.

As agressões aos índios na ditadura estão sendo apuradas por um núcleo da Comissão da Verdade liderado pela psicóloga Maria Rita Kehl. Ainda que esse passado seja agora expiado, o atropelo dos direitos indígenas por interesses de setores da sociedade abrangente persiste no Brasil atual. Quando se trata de realizar obras decididas em Brasília, impô-las goela abaixo dos índios ainda é a norma. Antes era PIN, agora PAC, mas vale a lógica expressa pelo ex-governador de Roraima: "Uma área rica como essa, com ouro, diamantes e urânio não pode dar-se ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas que estão atrasando o desenvolvimento do Brasil" (gen. Fernando Ramos Pereira, "O Estado de S. Paulo", 1.mar.1975).

É exemplar o caso da hidrelétrica de Belo Monte: as obras seguem sem respeito ao rito legal que prevê consultas prévias e compensações aos povos indígenas afetados. Questionamentos judiciais à construção são barrados com base no mecanismo de "suspensão de segurança", criado na ditadura, pelo qual o Executivo derruba decisões do Judiciário sob alegação de "ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

Para os índios, o regime autoritário, iniciado em 1964, ainda sobrevive na lógica desenvolvimentista, no descaso por seus direitos e no uso de leis daquele tempo.

*

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1980/2013

O QUÊ Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos

QUANDO Abertura hoje, às 19h30

ONDE Junto ao Museu Afro Brasil, parque Ibirapuera (av. Pedro Álvares Cabral, s/n)

QUANTO Grátis

leão serva

Leão Serva, ex-secretário de Redação da Folha, é jornalista, escritor e coautor de 'Como Viver em SP sem Carro'.



Tocando o terror: Depois de matar o pai para virar cacique, índio ameaça outros integrantes da tribo

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 31.03.2014

Luiz Fernando Branco da Silva, de 25 anos, é índio da etnia guarani e quer virar cacique da tribo. Para isso deu um tiro de escopeta nas costas do próprio pai, o cacique Fernando Branco da Silva, de 65, em Itariri, no Vale do Ribeira, sul do Estado de São Paulo. Luiz Fernando entregou-se à polícia e confessou o crime na noite de terça-feira, 11. Foi ouvido pelo delegado Fernando Rodrigues e solto em seguida. Livre passou a ameaçar os outros índios da tribo para impor sua liderança.

Segundo o delegado Rodrigues, um representante da Funai o informou sobre as ameaças do filho do cacique aos demais índios. Mas, por se tratar sem uma manifestação expressa das vítimas, não há como fazer nada. O delegado aguarda que algum indígena registre boletim de ocorrência contra Luiz Fernando Branco.

Matou o pai para virar cacique

Depois que Luiz Fernando confessou ter matado o próprio pai, o delegado Biazus pediu a prisão cautelar do índio, mas o Ministério Público foi contra o pedido e a Justiça o indeferiu.

O filho do cacique era agente da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da Saúde, sendo desligado do programa após o crime.



Cheia histórica do Rio Madeira deixa rastro de destruição no Norte do Brasil

SÍTIO JORNAL DE LONDRINA, 31.03.2014

Ruas alagadas, casas com água até o telhado, e balsas circulando no lugar de carros formam o cenário em Porto Velho

"É o apocalipse se aproximando! A ira de Deus vai inundar a Terra", grita uma fanática religiosa em cima de um pequeno banco, diante do Parque Madeira Mamoré, principal ponto turístico de Porto Velho. A pregação parece fazer algum sentido para quem olha ao redor. Ruas alagadas, casas com água até o telhado, e balsas circulando no lugar de carros formam o cenário. A maior cheia da história do Rio Madeira, pela 1ª vez perto de atingir 20 metros acima do nível normal - o recorde anterior, de 1997, era de 17,52 metros -, já desalojou aproximadamente 20 mil pessoas na capital de Rondônia, num total de 4,5 mil famílias. E esse número, assim como o rio, não para de subir.

O problema começou em dezembro de 2013, com a elevação do Rio Beni, que nasce na Cordilheira dos Andes como Madre de Dios antes de encontrar o Rio Mamoré e dar origem ao Madeira. As consequências podem ter sido agravadas pela erosão das encostas, provocada pelas duas usinas hidrelétricas em operação no rio há menos de um ano - uma delas, a de Santo Antônio, fica a cinco quilômetros de Porto Velho. Agora, na Rua Rogério Weber, uma das vias mais importantes, a água já chega ao segundo andar do Tribunal Regional Eleitoral e do Fórum Eleitoral. Em alguns pontos, o rio foi cidade adentro por até dez quadras, expulsando moradores e piorando o já complicado trânsito.

Responsável pela fundação de Porto Velho, que em outubro comemora cem anos, a lendária Estrada de Ferro Madeira-Mamoré está com seu patrimônio ameaçado. Locomotivas centenárias estão debaixo d'água. A estrutura de aço do antigo galpão, que hoje abriga o museu da linha férrea, inaugurada em 1912 e desativada sessenta anos depois pelo regime militar, dá sinais de enfraquecimento, pois a força da água rompeu uma das portas de entrada. Pela brecha, é possível ver o mobiliário histórico boiando na superfície dos mais de dois metros de lâmina d'água. Reformado há menos de três anos pelo município ao custo de R\$ 11 milhões, o espaço terá que ser recuperado.

"Rondônia vive uma tragédia, mais uma em sua história. As cheias anteriores eram menores e duravam no máximo duas semanas. Essa já tem mais de dois meses", diz o historiador Aleks Palitot, que montou um bunker em volta de casa para a água não entrar, mas a água invadiu a residência mesmo assim.

A cheia do rio tem mudado a rotina da cidade. Na avenida Campos Sales, famílias pescam na água que já tem 1,5 metro de profundidade. No mesmo local, peixes mortos passam dias boiando. O risco de doenças é grande, e duas pessoas estão em observação com suspeita de cólera. Existe a preocupação ainda com o que pode vir depois que o rio baixar: um surto de doenças tropicais, como dengue e malária.

CONT.



Na Bolívia, a cheia do Rio Beni, que forma o Madeira ao encontrar o Mamoré, causou a morte de 30 mil cabeças de gado. Em Rondônia, foram cerca de 5 mil. Por isso, a Defesa Civil pede que a população pare de pescar imediatamente nos locais afetados.

Trechos da BR-364 alagados

Mas o estrago não é só em Porto Velho. Subindo ou descendo o Madeira, é possível ver o problema causado pela cheia em comunidades ribeirinhas. Algumas se perderam totalmente, como São Carlos do Jamari, um distrito de Porto Velho, que contava com infraestrutura acima da média e onde viviam 400 famílias. O Madeira, um dos rios mais velozes e o 3º com maior carga sedimentar do mundo, engoliu o povoado, restando apenas alguns telhados visíveis por quem sobrevive a região. As casas abandonadas têm sido saqueadas por "piratas" - bandidos que chegam de balsa, armados, no meio da noite.

"Os ladrões vieram, mas o pessoal saiu atirando e os botou para correr", lembra o ex-soldado da borracha José Primo Diniz, de 93 anos.

O problema do abastecimento de cidades e distritos ilhados preocupa as autoridades. Trechos da BR-364, principal ligação do extremo-oeste brasileiro com o país e única estrada que leva ao Acre, continuam alagados. Em Abunã, a 215 km da capital, um grupo de 25 caminhoneiros ficou cercado por água:

"Estou aqui há oito dias, sem saber quando poderei voltar para casa", conta o caminhoneiro Francisco Vieira Ramalho, de 36 anos, que mora na Paraíba: "Quando cheguei ao trecho interditado, vi a água subindo aos poucos até engolir a estrada. O Madeira é um rio perigoso".

Nos abrigos, histórias de sofrimentos e alegrias

Nos abrigos improvisados de Porto Velho, milhares de pessoas vivem uma dor compartilhada, enquanto outras resistem a sair de casa enquanto podem. Sentado na cama de casal que dividiu durante duas décadas com sua esposa, Raimundo Risomar, de 52 anos, é a fotografia da tristeza. No dia 31 de janeiro, a mulher morreu, após dois anos de batalhas contra um tumor na medula. Apenas duas semanas depois, o pedreiro se viu obrigado a deixar a casa onde viveu todos esses anos. A água do Rio Madeira já estava quase na altura dos joelhos.

"Não queria sair, mas não tive escolha. Abandonar aquela casa foi como se eu estivesse deixando minha mulher para trás", diz ele.

Nascido em Rio Branco, capital do Acre, Risomar foi levado para o maior abrigo da cidade, no ginásio da igreja Nossa Senhora de Fátima, onde 62 famílias vivem provisoriamente. Único morador solitário do local, ele busca alento numa garrafa de cachaça:

"Eu esqueci de salvar as nossas fotos. Isso eu não poderia ter acontecido".

A vida nos abrigos improvisados em igrejas, escolas e prédios públicos é feita de muitas lágrimas e pequenas alegrias. Há de tudo um pouco: de pessoas que tentam apoiar os desconhecidos a viciados em crack. No meio dessa miscelânea, crianças brincam alheias ao



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

drama. Os momentos felizes são raros, mas existem. Como por exemplo quando Maria Oliveira da Silva, de 55 anos, vai para a cozinha.

"Só não gosto que deem palpite quando estou cozinhando. A comida só fica boa se eu fizer tudo sozinha".

Maria vivia no bairro Areal há 32 anos. Na mesma casa:

"Nunca imaginei que isso pudesse acontecer. Quem imaginaria o Madeira engolindo Porto Velho?".

Uma história impressionante, também ocorrida na igreja, é a de Andreia Rodrigues. No dia 7 de março, ela deu à luz seu quarto filho, o primeiro menino. Já estava no abrigo.

"Eu estava no banheiro quando a bolsa rompeu. Corri para o quarto e não deu tempo de a ambulância chegar: as mulheres daqui me ajudaram no parto", relata ela. "Nunca mais me esquecerei desse dia".



Tembés libertam reféns em troca de compromisso de diálogo sobre precariedade na saúde

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 01.04.2014

Indígenas Tembé libertaram no final da tarde da última sexta-feira, 28 de março, os três servidores da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e os três servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) que foram mantidos como reféns durante três dias em Paragominas, no sudeste do Pará.

A negociação para libertação dos reféns foi feita em reunião promovida pelo Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) durante a manhã, no município. Participaram das negociações lideranças indígenas e a procuradora da República Luciane Goulart de Oliveira.

A libertação dos reféns foi confirmada ao MPF/PA por familiares dos servidores da Sesai na noite de sexta-feira. Segundo eles, a libertação ocorreu aproximadamente às 17:30 horas.

Os reféns foram libertados depois de acordo para realização de reunião com representantes de Brasília da Sesai e da Funai. A reunião está marcada para a próxima quinta-feira, 3 de abril, às 14 horas, na sede da Procuradoria da República em Paragominas.

Os Tembé reivindicam melhorias na área da saúde. Segundo os indígenas, é péssimo o estado dos equipamentos e serviços de saúde da Terra Indígena Alto Rio Guamá, inclusive com falta de medicamentos.



Detalhes do triplo assassinato no sul do Amazonas

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 01.04.2014

Ontem o Diário Oficial da União trouxe a decisão do Desembargador Federal Olindo Menezes que negou o pedido de habeas corpus feito pela Defensoria Pública da União no Amazonas em favor dos cinco índios Tenhaim presos por sequestro, assassinato e ocultação de cadáver. A decisão trás detalhes das investigações sobre o assassinato.

De acordo com o texto Stef Pinheiro de Souza e Luciano Freire saíram juntos de Humaitá com destino a Apuí na madrugada do dia 16 de dezembro em um veículo VW GOL de cor preta, placa NDE-8177, com o objetivo de tomar a balsa que faz a travessia do Rio Madeira, às 6h da manhã. Antes de ingressarem na balsa, Stef e Luciano falaram pela última vez com suas esposas via celular.

Na mesma balsa seguiram também alguns policiais militares lotados no Distrito de Santo Antonio do Matupi. Durante a travessia, Stef e Luciano encontraram o funcionário da Eletrobrás, Aldeney Salvador, que decidiu seguir de carona com os dois no veículo. Após a travessia, tanto os policiais militares, quanto os três amigos tomaram a BR 230.

Mas os policiais militares pararam no Km 85 da BR, no local conhecido como Bar da Sula, para tomar café e lá teriam ficado por cerca de 10 minutos para o desjejum. Os policiais viram quando o veículo ocupado por Stef, Luciano e Aldeney passou pelo local.

Os policiais relataram à Polícia Federal que foram parados no primeiro pedágio, situado na Aldeia Vila Nova, onde se identificaram como policiais e indagaram se seriam cobrados, visto que se encontravam a serviço. O índios que estava responsável pelo pedágio aviou que deveriam identificar o veículo, caso contrário seriam cobrados na próxima vez.

Ao chegarem ao segundo pedágio, os policiais estranharam o fato da cancela estar fechada e não haver nenhum índio no posto. Nesse momento os PMs viram um grupo de indígenas empurrando um veículo Gol preto para uma estrada na margem direita da BR 320, a uns 20 metros após a cancela. Ao ver o veículo dos Policiais Militares os índios se apressaram em empurrar o carro para dentro do mato e um deles veio abrir a cancela correndo, retornando para dentro do mato logo em seguida.

Após passar pela cancela, os Policiais Militares estacionaram o veículo e desceram para averiguar a ação do grupo de índios. Perceberam que, na margem esquerda da BR 230, estavam um grupo com cerca de vinte a trinta índios armados que se esconderam atrás da vegetação. Em menor número, os policiais resolveram entrar no carro e seguir viagem.

Ao longo das investigações os policiais colheram indícios da participação dos cinco índios presos. De acordo com o inquérito, Simeão Tenharim confessou ter efetuado três disparos de arma de fogo contra uma das vítimas. Teria sido ele quem recebeu a mensagem na rádio da Aldeia, com os detalhes do carro e placa que deveria ser atacado pelos índios.



Gilson Tenharim, um dos filhos do cacique Ivam Tenharim que morreu em um acidente de moto no dia 03 de dezembro, teria sido um dos executores do triplo homicídio que teria. Valdinar Tenharim, primo de Gilson e sobrinho do cacique, teria sido o autor do primeiro disparo contra as vítimas. Já Domiceno Tenharim, cacique da Aldeia Taboca, local onde ocorreu o crime não participou da execução, mas ajudou os executores do delito a enterrar os corpos. O texto aponta ainda o envolvimento de Gilvan Tenharim, também filho do cacique Ivam.

A decisão ressalta ainda que, embora tenha sido destacado um imenso contingente de recursos humanos e materiais por parte do Poder Público para desvendar o crime, as investigações têm enfrentado enormes dificuldades de avançar por conta de supostas ameaças dirigidas a testemunhas e de um suposto pacto de silêncio ou morte que passou a imperar na localidade.

Com base no texto o desembargador negou o habeas corpus. Ontem a justiça federal aceitou sugestão do Ministério Público Federal e transformou a prisão dos cinco índios de provisória em preventiva. Desse modo, os índios não tem dada definida para serem soltos.



Autoritarismo Nunca Mais: o golpe militar 50 anos depois

SÍTIO CIMI, 01.04.2014

No dia 31 de março de 2014, completam-se 50 anos do golpe que implantou a ditadura militar brasileira, que atingiu violentamente nosso povo por longos 21 anos.

Segundo levantamento realizado por familiares de vítimas, mais de 70 mil pessoas foram presas e perseguidas e 437 foram mortas e desaparecidas. Porém a política de extermínio de indígenas, quilombolas e camponeses a mando dos governos militares, foi responsável pela morte de muito mais gente. Foram mortas mais de 2 mil pessoas da etnia Waimiri-Atroari, no período de construção da BR 174 (Manaus/Boa Vista) nos Estados do Amazonas e Roraima, entre os anos de 1969 e 1979, e um número ainda indeterminado de indígenas de outros povos como os Parintintin, Tenharim, Jiahui, Arara, Parakana e Krenakarore.

Os assassinatos de militantes da resistência à ditadura eram acobertados por versões falsas de suicídios, atropelamentos ou mortes em tiroteios. Outros são dados como desaparecidos, pois seus restos mortais até hoje não foram localizados.

A prática de tortura e de outros crimes contra a humanidade foi generalizada e sistemática. O terrorismo de Estado, executado pela ditadura, teve o comando do alto escalão das Forças Armadas e foi financiado diretamente por muitos empresários e suas entidades, que se beneficiaram com a ditadura militar e ainda hoje estão na elite econômica do país e na estrutura do Estado, como no exemplo da grilagem de terras que deixou suas marcas destrutivas na Amazônia e no Cerrado brasileiro.

Para combater o esquecimento e desmontar a estrutura autoritária que o país herdou da ditadura, é preciso que sejam identificados e punidos exemplarmente todos os torturadores, seus mandantes e financiadores. Assim romperemos a dura herança deixada pela ditadura e que ainda acoberta os violadores de Direitos Humanos dos dias atuais. A banalização da violência por parte da PM é a pior herança da ditadura militar.

Além disso, há as propostas de reformas legislativas conservadoras como a Lei Antiterror e a Portaria denominada "Garantia da Lei e da Ordem" que ressuscitam a legislação ditatorial e restauram a figura do "inimigo interno" contida na Lei de Segurança Nacional. Não podemos aceitar a criminalização dos movimentos sociais e populares, ou de suas manifestações.

Por tudo isso, nós, representantes de organizações da sociedade civil, de entidades sindicais, de partidos políticos, de movimentos sociais, estamos aqui para reafirmar que o dia 31 de março envergonha o nosso país. Por isso, exigimos:

- A responsabilização dos mandantes e executores dos crimes cometidos pelos militares e agentes públicos do Estado brasileiro contra os indígenas;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

- Imediato cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Araguaia e reinterpretção da Lei da Anistia;

- Localização e identificação dos corpos dos desaparecidos políticos e esclarecimento das circunstâncias e dos responsáveis por suas mortes;

- Identificação e punição dos torturadores, estupradores, assassinos, mandantes, financiadores e ocultadores de cadáveres;

- Desmilitarização das Polícias e rompimento do ciclo de violência perpetuado pelas corporações;

Neste dia 28 de março, no Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, vamos lembrar, de forma coletiva, os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, em especial, os indígenas assassinados pela Ditadura Militar, em memória e homenagem às suas vidas e lutas. Desse modo, reverenciamos e homenageamos suas histórias e papéis de resistentes, a quem tanto deve o Brasil.

Que 2014 seja o ano da Verdade e também o da Justiça.

Ditadura Nunca Mais!

Punição aos Torturadores de Ontem e de Hoje!

Assinam este Manifesto:

Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do Amazonas;
Procurador da República Julio José Araujo Junior (MPF/AM);
Procurador do Trabalho Renan Bernardi Kalil (MPT/AM);
Concelho Indigenista Missionário (CIMI/Norte 1);
Comissão Pastoral da Terra (CPT/Amazonas);
Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ);
Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas (SJP/AM);
Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão do Território na Amazônia (Dabukuri);
Associação dos Docentes da UFAM (ADUA);
Movimento Luta Popular (MLP);
Central Sindical e Popular - CSP (CONLUTAS);
Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM).



STJ reconhece legitimidade da etnia Waimiri-Atroari sobre terras no Amazonas
SÍTIO CIMI, 01.04.2014

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou, em julgamento unânime, a sentença que reconheceu a titularidade da comunidade indígena Waimiri-Atroari sobre a posse de determinada porção de terra que havia sido doada pelo estado do Amazonas a uma empresa privada.

O caso refere-se à desapropriação realizada em 1986 pela estatal Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), com o objetivo de construir a Usina Hidrelétrica de Balbina, no leito do rio Uatumã, no Amazonas.

Na ocasião, a ação de desapropriação foi proposta sem ter definido um sujeito passivo específico, por não se ter conhecimento sobre quem eram os donos daquela porção de terra.

A empresa Serragro S/A Indústria, Comércio e Reflorestamento apresentou-se como legítima proprietária, justificando o seu título por força de uma doação efetuada pelo estado do Amazonas.

Execução extinta

Depois do trânsito em julgado da ação, essa empresa pediu a execução da sentença para o pagamento da indenização, mas o juízo da 1ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas reconheceu que as terras eram ocupadas desde tempos imemoriais pela etnia indígena Waimiri-Atroari – que, desse modo, deveria ser a única beneficiada pelo eventual pagamento de compensação financeira –, além de declarar que o bem é da União, nos termos do artigo 20, inciso XI, da Constituição.

Com base nisso, o juízo aplicou o instituto da relativização da coisa julgada e reconheceu que o título de propriedade da empresa Serragro S/A não era justo nem legítimo, porque o estado do Amazonas havia doado um imóvel que não lhe pertencia. Assim, pronunciou a ilegitimidade da credora e extinguiu a execução.

O caso, no entanto, teve uma reviravolta no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF1), que reformou a sentença e mandou prosseguir a execução, por entender que a coisa julgada desse caso concreto não podia ser relativizada.

Unicidade recursal

A questão chegou ao STJ em quatro recursos especiais interpostos pelo Ministério Público Federal, pela Fundação Nacional do Índio (Funai), pela União e pela Eletronorte.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

Ao julgá-los, a Segunda Turma seguiu à unanimidade o voto do relator, ministro Mauro Campbell Marques, e reconheceu que o TRF1 não poderia ter desconsiderado uma questão processual crucial para a causa: a execução havia sido extinta por sentença, mas a Serragro S/A interpôs contra isso um agravo de instrumento e, apenas três dias depois, uma apelação.

Em razão do princípio da singularidade ou unicidade recursal – pelo qual, para cada ato judicial de conteúdo decisório, somente é cabível um único recurso –, a apelação da Serragro S/A, por ter sido interposta depois do agravo de instrumento, não podia sequer ser conhecida, aplicando-se a ela o instituto da preclusão consumativa.

Todos os quatro recursos especiais foram providos, nesse ponto, e a sentença restabelecida, passando a prevalecer como título judicial que reconhece as terras como bem da União, por serem ocupadas há tempo indeterminado pelos integrantes da etnia Waimiri-Atroari.



MPF apura violações cometidas contra indígenas durante o regime militar
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.04.2014

Serão objetos de atuação quatro casos específicos em 2014

EcoDebate – O Ministério Público Federal (MPF) apura as violações de direitos humanos cometidas contra indígenas durante a ditadura militar. Este ano, serão objetos de atuação quatro casos: as violações aos direitos do Povo Waimiri-Atroari, no Amazonas; as violações aos direitos do Povo Guarani em razão da construção da Hidrelétrica de Itaipu, no Oeste do Paraná; as atividades desenvolvidas durante o funcionamento do Reformatório Krenak; e as atividades da Guarda Rural Indígena (GRI), em Minas Gerais.

Os procuradores atuantes nestes casos são membros do Grupo de Trabalho (GT) Violação dos Povos Indígenas e Regime Militar, ligado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (povos indígenas e comunidades tradicionais) do Ministério Público Federal. O GT foi criado com objetivo de apurar as violações de direitos humanos cometidas contra indígenas durante a ditadura militar, estabelecendo a verdade e trazendo o conhecimento dos fatos à sociedade.

Grupos de trabalho – A atuação do MPF na investigação da violência cometida na ditadura militar começou em 1999 na busca de restos mortais de desaparecidos políticos. Em 2007, iniciou medidas de responsabilização civil e criminal de autores de desaparecimento forçados de pessoas, execuções sumárias e torturas. Em 2009, foi criado o GT Memória e Verdade e, em 2011, o GT Justiça de Transição. Com a instituição da Comissão Nacional da Verdade em 2012, surgiu no debate nacional a questão específica da violação de direitos dos povos indígenas pela ditadura militar brasileira.

O reflexo da ditadura militar em relação aos povos indígenas é matéria que apresenta peculiaridades por se tratar de populações que historicamente são vítimas da ação repressiva e genocida do Estado. Para atuar nesses casos, foi criado, em 2013, o GT da 6ª Câmara. O trabalho que vem sendo realizado é o de definir critérios para qualificar e quantificar as violações aos povos indígenas no âmbito da ditadura militar, propor padrões de medidas de justiça transicional pertinentes com as peculiaridades da causa indígena, auxiliar o trabalho dos procuradores naturais na apuração e adoção de providências em relação a violações dos direitos indígenas na ditadura militar e articular-se com a sociedade civil, entidades e órgãos para estabelecer constante troca de informações e apoio.

Após a criação do GT, houve a primeira visita e reunião na área do Povo Waimi-Atroari, no Amazonas. Os procuradores da República Maria Rezende Capucci e Julio Araujo visitaram o Núcleo de Apoio Waimi-atroari (NAWA) e uma das 30 aldeias que integram a comunidade onde foram colhidas informações e referências que estão sendo contatadas para reunir os elementos necessários ao desenvolvimento dos objetivos do GT neste caso específico.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

O trabalho do GT Violação dos Povos Indígenas e Regime Militar já tem resultados, como a decisão liminar que determinou a reparação aos povos indígenas Tenharim e Jiahui por danos causados pela construção da rodovia Transamazônica no período da ditadura militar. Veja esse caso aqui.

Membros do GT participaram em março deste ano do congresso internacional "50 anos depois: a nova agenda da Justiça de Transição no Brasil", realizado na Universidade Católica de Pernambuco, em Recife, que reuniu representantes de diversos órgãos públicos e da sociedade civil para debaterem aspectos relacionados à violação de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar. Ainda em março, o MPF/AM, em parceria com o Comitê da Verdade no Amazonas, promoveu o seminário "Amazônia contra o autoritarismo", no qual debateu os atos de violência, opressão física e cultural praticados contra os povos dessa região durante a ditadura militar. Dias antes do evento, os procuradores membros do GT fizeram oitivas em Manaus, ouvindo testemunhas e colhendo documentos para atuação na região.

No página do Grupo de trabalho, é possível acompanhar a atuação dos casos e encontrar materiais. Um exemplo é o relatório Figueiredo, elaborado pelo procurador Jader de Figueiredo Correia. Entre os anos de 1967 e 1968, ele apurou denúncias de crimes cometidos contra populações indígenas no período do regime militar. O relatório ficou desaparecido por 45 anos e foi encontrado em 2013 no Museu do Índio do Rio de Janeiro.

São membros do GT Violação dos Povos Indígenas e Regime Militar a subprocuradora-Geral da República e coordenadora da 6ª Câmara, Deborah Duprat; a subprocuradora-Geral Maria Eliane Menezes de Farias; os procuradores da República Antonio do Passo Cabral, Marlon Alberto Weichert, Daniel Antônio de Moraes Sarmiento, Domingos Savio Dresch da Silveira, Julio José Araujo Junior, Maria Rezende Capucci e Melina Alves Tostes.

Fonte: Procuradoria Geral da República



Roraima inicia vacinação de bovinos contra aftosa nesta terça-feira (1)

SÍTIO G1, 01.04.2014

*Campanha será realizada até o final de abril.
A previsão é que sejam imunizados 720 mil animais.*

Os produtores de Roraima iniciarão nesta terça-feira (1º) a campanha de vacinação do rebanho bovino contra a febre aftosa. Até o dia 30 de abril, a previsão é que sejam imunizados 720 mil animais de todas as idades.

Já nas reservas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos, que abrangem os municípios de Normandia, Uiramutã e Pacaraima, a vacinação se estenderá até o dia 15 de maio e é esperada a imunização de cerca de 45 mil animais das mesmas espécies. As informações são do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (Aderr).

Nas reservas indígenas, a vacinação será realizada pelo serviço oficial, que contará com o apoio da iniciativa privada e da Fundação Nacional do Índio (Funai). São localidades onde a campanha já vem sendo feita desde 2012 e tem o objetivo de garantir a melhor execução dos procedimentos na região, fortalecendo as medidas preventivas da doença.



Índios reclamam da precariedade das escolas nas aldeias do Tocantins

SÍTIO G1, 01.04.2014

Prédio foi inaugurado há quase 13 anos na reserva indígena xerente. Segundo os moradores, nunca houve reforma ou manutenções frequentes.

Os índios xerentes reclamam das condições da escola da aldeia, no município de Tocantínia, no Tocantins. Enquanto os alunos são obrigados a estudar em condições precárias, próximo do local há um prédio novinho, abandonado.

O ensino também se escora para não cair, a começar pela cobertura do pátio. O prédio foi inaugurado há quase 13 anos, fica na reserva indígena xerente e, segundo os moradores, nunca passou por reforma, nem manutenções frequentes.

A cantina se sustenta com arames. Sem móveis adequados, só com muito improvisado para conseguir guardar todos os materiais e alimentos.

Em um mesmo lugar, se amontoam a diretoria, a secretaria, a sala dos professores e a coordenação pedagógica.

A escola tem 115 alunos e apenas duas salas de aula. Com tanto aperto e sem nenhuma possibilidade de ampliação, o jeito é inventar espaço. Quem entra na classe, por exemplo, todos os dias, logo de cara se lembra que estuda no banheiro.

Com as coisas fora de lugar, os sanitários foram para o quintal. No único banheiro da escola que ainda pode ser utilizado, a reclamação é que ele precisa ser dividido entre meninos e meninas.

Nas salas de aula, a fiação elétrica está precária. Os ventiladores não funcionam e o aprendizado divide espaço com o sufoco.

Há cerca de oito quilômetros de distância, em uma aldeia vizinha, uma obra concluída e abandonada no meio do mato desde 2012, poderia ser a alternativa para acabar com a superlotação na escola indígena.

"Quando os alunos chegarem ao ensino médio ou na universidade, eles vão ter deficiências absurdas, em várias disciplinas. No português, na matemática, na física, na química, porque temos toda essa deficiência na aldeia", diz Eliane Martins, do Conselho Estadual de Educação Indígena.

O secretário executivo da Secretaria de Educação do Tocantins, Joneidson Lustosa, diz que a reforma da escola de Tocantínia deve começar no ano que vem. Quanto à construção nova que
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

está abandonada, ele informa que o imóvel será repassado para a Fundação Nacional de Saúde, para ser transformado em posto de atendimento médico.



Justiça Federal do AM decreta prisão preventiva de índios tenharins

SÍTIO G1/AM, 01.04.2014

*Indígenas são suspeitos de matar três homens na cidade de Humaitá.
Mortes geraram conflitos em cidades no Sul do estado.*

A Justiça Federal decretou a conversão da prisão temporária em preventiva dos cinco índios suspeitos de matar três homens em terras indígenas Tenharim em Humaitá, no Sul do Amazonas. A decisão saiu na sexta-feira (28), dois dias antes de expirar o período da prisão preventiva, que já havia sido prorrogada. O grupo segue preso desde dia 30 de janeiro deste ano.

Os cinco índios presos são das aldeias Marmelo, Taboca e Campinho. Entre os presos, segundo a PF, estão um cacique da aldeia Taboca e dois filhos do cacique Ivan Tenharim, encontrado morto no dia 2 de dezembro de 2012. Atualmente, eles permanecem aguardando decisão da Justiça no Centro de Ressocialização Vale do Guaporé, em Porto Velho (RO).

Segundo a Justiça Federal, a prisão temporária expirou no domingo (30). Na sexta (28), o juiz Márcio André Lopes Cavalcante decidiu acatar parecer do Ministério Público Federal (MPF) que se manifestou pela manutenção das prisões como preventiva.

No começo deste mês, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região indeferiu o pedido da Polícia Federal, que requeria conversão da prisão temporária para preventiva dos índios. O judiciário acompanhou parecer do MPF e prorrogou por mais 30 dias a prisão temporária dos indígenas.

Os índios são suspeitos de assassinar o vendedor Luciano Freire, o professor Stef Pinheiro de Souza e o funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador. O inquérito tramita em segredo de Justiça na 2ª Vara Criminal do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região.

Entenda o caso

Os três homens desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013, quando viajavam de carro pela BR-230 (Rodovia Transamazônica). Após quase dois meses de buscas, os corpos foram encontrados no dia 3 de fevereiro deste ano em uma cova de 1,80 metros, nas terras indígenas Tenharim-Marmelo. A região fica localizada a 100 quilômetros de distância de Humaitá, município do Amazonas a 590 km de Manaus.

O desaparecimento dos três homens gerou revolta na população dos municípios de Humaitá e Apuí, e nos moradores do distrito de Santo Antônio do Matupi, em Manicoré. No dia 25 de dezembro do ano passado, moradores da região promoveram diversos protestos para cobrar agilidade da Polícia Federal em Rondônia (PF-RO) nas buscas pelos desaparecidos. Os manifestantes chegaram a atear fogo em carros, barcos e nas sedes da Fundação Nacional do

CONT.



Índio (Funai) e antigas instalações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Humaitá. No dia seguinte, policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Amazonas seguiram para o município.

Após os ataques, 143 indígenas foram abrigados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Humaitá. A Justiça atendeu ação do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) e os índios retornaram às aldeias seis dias depois com a escolta do Exército.

Apesar do reforço policial, o Sul do estado continuou registrando conflitos. Um grupo de madeireiros e fazendeiros ateou fogo em casas localizadas em uma aldeia indígena, situada na área do município de Manicoré.

A região recebeu mais reforço da Polícia Federal e homens da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) auxiliaram nas ações de segurança pública desencadeadas no Amazonas no mesmo período. O Exército e Polícia Rodoviária Federal (PRF) também apoiaram as ações na região. Cerca de 400 homens atuaram nas operações.

A morte dos três homens teria relação com a cobrança de pedágio feita por indígenas em um trecho da Transamazônica, situado em uma área do Sul do Amazonas. Para moradores do local, os crimes seria uma retaliação dos índios pela morte do cacique Ivan Tenharim, que teve o corpo encontrado na rodovia no início de dezembro de 2012. A polícia afirma que o líder indígena foi vítima de um acidente de trânsito. Já os índios afirmam que ele foi assassinado porque eles cobravam pedágio no local.

Venda de carne bovina gera lucro aos índios da Raposa Serra do Sol, em RR
SÍTIO G1, 01.04.2014

*Carne tem sido comercializada em comércios de Boa Vista e do interior.
CIR calcula que atualmente há 37 mil cabeças de gado na Raposa.*



Índigenas planejam criar cooperativas para extinguir a venda
por meio de atravessadores e aumentar o lucro
(Foto: Enoque Raposo/Arquivo Pessoal)

Após cinco anos da retirada dos arroteiros da reserva indígena Raposa Serra do Sol, situada ao Nordeste de Roraima, os indígenas retomaram a venda de carne bovina na região, que atualmente se tornou uma das principais fontes de renda das comunidades que integram a reserva, conforme informou o líder indígena e secretário executivo da região das Serras, Júlio Macuxi. Apenas neste ano a carne passou a ser comercializada em açougues de Boa Vista e do interior do estado, saindo da Raposa direto para o mercado.

"Há mais de 30 anos existe a criação de gado na Raposa Serra do Sol. Porém, somente após a demarcação pudemos investir na pecuária e retomar a venda da carne bovina, que apenas neste ano chegou a vários municípios do estado, e com qualidade", declarou Macuxi, acrescentando que a criação de gado na Raposa ocorre desde 1980, mas que registrou um crescimento de 4,5% após a demarcação da reserva.

O líder indígena explicou que a venda da carne bovina nas comunidades ocorre de duas formas: em grande quantidade é feita por meio de atravessadores e em pequena quantidade ocorre de forma direta. Como as comunidades ainda não possuem cadastro junto ao Matadouro e Frigorífico Industrial de Roraima (Mafirr), em grande escala o gado é vendido para fazendeiros que repassam aos açougues. Quando é em menor quantidade, a venda é feita pelos próprios indígenas aos comércios do interior do estado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

Na Raposa, o preço da carne do boi vivo varia de R\$ 2,70 a R\$ 3 o quilo. O lucro é todo destinado às comunidades. Macuxi destaca que apesar da conquista em comercializar a carne do gado criado pelos próprios indígenas na reserva, os indígenas estão planejando criar cooperativas para extinguir a venda por meio de atravessadores e, com isso, garantir um lucro maior.

"Na região das Serras estamos montando uma cooperativa. Assim vamos poder ter um cadastro junto ao Mafirr e a Vigilância Sanitária e vender diretamente para o comércio sem precisar passar por meio de atravessadores. Garantindo um lucro maior, pois poderemos repassar a carne para o mercado ao preço do quilo que tem sido vendido pelos fazendeiros, que dependendo da carne, após o abatimento do boi, pode chegar até R\$ 10", comentou.

A criação de gado da Raposa Serra do Sol é mantida pelos próprios indígenas, com o auxílio da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (Aderr), Vigilância Sanitária e Fundação Nacional do Índio (Funai). Atualmente, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) calcula que há 37 mil cabeças de gado na Raposa, dessas, 25 mil estão na região das Serras.



SEE de Alagoas abre seleção para monitores da educação indígena

SÍTIO G1, 01.04.2014

*Estão disponíveis 65 vagas para escolas de 9 comunidades do interior.
Inscrições podem ser feitas até 16 de abril nas Coord. Regionais de Ensino.*

A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEE) de Alagoas está com inscrições abertas, até 16 de abril, para a seleção de professores monitores da educação indígena. De acordo com o edital, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) desta terça-feira (1), estão disponíveis 65 vagas distribuídas em 9 comunidades indígenas do interior do estado.

A seleção dos professores será feita através de provas de títulos e currículos. Para a vaga de professor dos anos iniciais o monitor receberá vencimento de R\$ 905 por carga horária de 25 horas. Já para professor de disciplinas, o vencimento será de R\$ 11,16 por hora/aula, com carga horária de 40 horas.

As inscrições para a seleção simplificada devem ser realizadas das 8h às 14h nas Coordenadorias Regionais de Ensino (CRE) até o dia 16 de abril.

Memorial dos Povos Indígenas fica fechado nesta terça no DF

SÍTIO G1, 01.04.2014

*Por causa de manutenção, espaço só volta a funcionar na quarta.
Museu fica na Praça do Buriti e tem peças de várias tribos do país.*



Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília
(Foto: G1)

O Memorial dos Povos Indígenas, no Distrito Federal, vai ficar fechado nesta terça-feira (1º) para manutenção. As atividades serão retomadas às 9h de quarta. O museu fica na Praça do Buriti, em frente ao Memorial JK, e funciona de terça a domingo.

Construído em 1987, o espaço foi projetado por Oscar Niemeyer em forma de espiral, remetendo a uma maloca redonda dos índios Yanomami. São quase 3 mil m² de área construída, com acesso principal através de uma rampa.

O acervo do memorial tem peças representativas de várias tribos, incluindo exemplares da coleção Darcy-Berta-Galvão, com destaque para a arte plumária dos Urubu-Kaapor, bancos de madeira dos Yawalapiti, Kuikuro e Juruna, máscaras e instrumentos musicais do Alto Xingu e Amazonas.



Especialistas e população são contra projeto de Blairo Maggi que proíbe a pesca no Pantanal

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 31.03.2014

Compareceram prefeitos, vereadores e pessoas que moram ao longo do Rio Cuiabá

O senador Blairo Maggi (PR) não compareceu na audiência pública que foi realizada hoje pela manhã, 31, na Assembleia Legislativa, para debater sobre o projeto que proíbe a pesca na bacia do Pantanal por cinco anos.

O projeto de lei federal do senador dispõe sobre Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal, sendo que o artigo 16 do projeto que fala da proibição da pesca por cinco anos, deixou muita gente preocupada, como os milhares de ribeirinhos que vivem diretamente a pesca, dos empresários do setor turístico da região, das cidades que dependem do turismo, motivado principalmente pelo rio e suas belezas naturais.

Na audiência pública compareceram prefeitos e vereadores das cidades e dezenas de pessoas que moram ao longo do Rio Cuiabá até o Pantanal. O secretário do Meio Ambiente, José Lacerda, juntamente com o superintendente do Ministério da Pesca no Estado, Lindemberg Gomes de Lima, biólogos e pesquisadores da UFMT e UNEMAT também marcaram presença para debater sobre o assunto.

O senador Jaime Campos substituiu Blairo Maggi e presidiu a mesa. em muitos momentos Jaime teve que usar sua experiência para conseguir contornar as discussões que ficaram calorosas e com muitas vaías, principalmente para o secretário da SEMA, José Lacerda que defendeu a construção da Pequena Central Hidrelétrica.

Para os ribeirinho uma das melhores formas de preservar o Rio Cuiabá é a proibição de lixo e esgoto em suas águas, já que um dos principais rios que abastece o pantanal.

O Superintendente da Pesca, Lindemberg informou aos participantes da audiência pública que o senador Eduardo Benedito Lopes, hoje Ministro da Pesca e Aquicultura apresentou um projeto substitutivo ao do senador Blairo Maggi, excluindo o artigo 16 retirando a proibição da pesca, tirando assim a preocupação das pessoas que dependem do rio para viver.

Lindemberg além de defender os ribeirinhos e todas as pessoas que vivem do rio, afirmou que o que está prejudicando o Pantanal são as construções com poucos estudos de impacto ambiental das PHCs. "Não são os ribeirinhos que estão sumindo com os peixes, são essas pequenas hidrelétricas e barragens que interferem de forma negativa na natureza", explicou o superintendente, que criticou a proposta inicial do senador Blairo Maggi ao tentar proibir a pesca na região.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 59./ 2014

Brasília, 01 de abril de 2014.

A população pantaneira e ribeirinha recebeu o apoio dos representantes de das universidades que se manifestaram contrário a moratória da pesca e á construção de hidrelétricas e barragens ao longo do Rio Cuiabá.

“Não proibindo a pesca e construindo hidrelétricas que vamos preservar os nossos rios, é proibindo a poluição das suas águas, impedindo a exploração ilegal do seu leito, é incentivando e educando a população sobre a preservação. Agora fica fácil o chegar o senador que é o rei da soja, que já foi considerado como um dos homens que mais desmatou em Mato Grosso para ampliar o seu império da soja, vir decidir sobre a vida dos pobres, dos ribeirinhos, do pantaneiro. Ele entende de soja, de milhões, de ricos, ele não sabe quem são os pobres e das suas necessidades”, disse um ribeirinho indignado, que depende da pesca para sobreviver e identificado como José da Silva.